

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO**  
**ESCOLA DE COMUNICAÇÕES E ARTES**  
**DEPARTAMENTO DE RELAÇÕES PÚBLICAS, PROPAGANDA E TURISMO**

LARISSA COSTA MERCEZ - Nº USP 12526214

**CAMPANHA E ADVOCACY DIGITAL: *O MOVIMENTO #METOO FORA DAS  
REDES SOCIAIS***

O impacto do movimento fortalecido pela internet

**SÃO PAULO**

**2024**

LARISSA COSTA MERCEZ - Nº USP 12526214

**CAMPANHA E ADVOCACY DIGITAL: *O MOVIMENTO #METOO FORA DAS  
REDES SOCIAIS***

O impacto do movimento fortalecido pela internet

Trabalho de conclusão de curso, apresentado à  
Escola de Comunicações e Artes da Universidade  
de São Paulo como requisito para conclusão do  
curso de Bacharelado em Relações Públicas.

Orientador: Prof. Mariângela Furlan Haswani

**SÃO PAULO**

**2024**

LARISSA COSTA MERCEZ - Nº USP 12526214

**CAMPANHA E ADVOCACY DIGITAL: *O MOVIMENTO #METOO FORA DAS REDES SOCIAIS***

O impacto do movimento fortalecido pela internet

Trabalho de conclusão de curso, apresentado à  
Escola de Comunicações e Artes da Universidade  
de São Paulo como requisito para conclusão do  
curso de Bacharelado em Relações Públicas.

São Paulo,        de        de 2024

BANCA EXAMINADORA

---

---

---

## RESUMO

A presente pesquisa trata de um estudo sobre o Movimento *Me Too* como uma campanha que trabalha com *Advocacy* Digital. A pesquisa foi aplicada no método estudo de caso para analisar o movimento e suas repercussões de uma forma detalhada. Essa pesquisa planeja entender os impactos reais que o movimento, que viralizou nas redes sociais, teve na sociedade. Segundo o estudo bibliográfico desenvolvido juntamente com os dados analisados, é possível mostrar que o movimento e a campanha realizados pela Organização *Me Too* dos Estados Unidos trouxeram uma evolução positiva para o combate da violência contra as mulheres em todo o mundo. O aumento das denúncias contra o abuso sexual e a mudança cultural nas empresas são apenas exemplos dos impactos positivos da campanha de *advocacy*. Para o embasamento teórico se utilizou os trabalhos de diversos autores como de Eduardo De Patri e Waldemar Luiz Kunsch e pesquisas de institutos renomados como o Instituto de Pesquisa DataSenado. Por fim, o trabalho constatou que a campanha e o *advocacy* digital conseguiram mudar a sociedade e influenciar as mulheres a lutar pelos seus direitos.

**Palavras-chave:** violência doméstica; denúncia; *advocacy*; mulher; *#metoo*.

## **ABSTRACT**

This research is a study on the Me Too Movement working as a Digital Advocacy campaign. The research was applied using the case study method to analyze the movement and its repercussions in detail. This research has the general objective of understanding the real impacts that the movement, which went viral on social media, had on society. According to the bibliographic study developed together with the data analyzed, it is possible to show that the movement by the Me Too Organization US brought positive developments in the fight against violence against women around the world. The increase in reports of sexual abuse and the cultural change in companies are just examples of the positive impacts of the advocacy campaign. For the theoretical basis, the work of several authors such as Eduardo De Patri and Waldemar Luiz Kunsch and research from several institutes such as the DataSenado Research Institute were used. Finally, the research found that Digital Advocacy has the power to change society and women are increasingly fighting for their rights.

**Keywords:** domestic violence; complaint; advocacy; woman; #metoo.

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Recibos de denúncia de assédio sexual, ano fiscal de 2014-ano fiscal de 2021	29
Gráfico 2 - Tabela “Para você, nos últimos anos, a violência doméstica e familiar contra a mulher: ” anos de 2009 a 2015	32
Gráfico 3 - Tabela “Para você, nos últimos 12 meses, a violência doméstica e familiar contra as mulheres: ” anos de 2017 a 2023	32
Gráfico 4 - Tabela “Em sua opinião, as mulheres que sofrem denunciam o fato às autoridades:”-População feminina-Brasil - 2011-2023	33
Gráfico 5 - Tabela “Você já sofreu algum tipo de violência doméstica ou familiar provocada por um homem?” - População feminina - Brasil - 2005-2023	34
Gráfico 6 - Tabela “Você já sofreu algum tipo de violência doméstica ou familiar?” - População feminina - Brasil - 2005-2023	34
Gráfico 7 - Tabela “Alguma amiga, familiar ou conhecida já sofreu algum tipo de violência doméstica ou familiar?” - População feminina - Brasil - 2009-2023	35
Gráfico 8 - Tabela “Qual foi o tipo de violência?” - População feminina - Brasil - 2009-2023	35
Gráfico 9 - Tabela “Como você avalia o atendimento na: Central de Atendimento à mulher; Delegacia da Mulher; Delegacia Comum”	36
Gráfico 10 - Tabela “Qual foi sua atitude em relação à última agressão?” População feminina - Brasil - 2005-2023	37
Gráfico 11 - Comparação da quantidade de pesquisas dos termos “metoo” e “delegacia da mulher” 2017-2024	37
Gráfico 12 - Tabela “O que leva uma mulher a não denunciar a agressão?” 2009-2021	38
Gráfico 13 - Conhecimento sobre os direitos garantidos por Lei	39
Gráfico 14 - Tabela “O que você acha que a sociedade pode fazer para diminuir ou evitar a violência doméstica e familiar contra a mulher?”	39

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO.....</b>	<b>8</b>
<b>2. REVISÃO TEÓRICA: A RELAÇÕES PÚBLICAS COMO FERRAMENTA DE MUDANÇAS SOCIAIS.....</b>	<b>11</b>
2.1 O SURGIMENTO DA RELAÇÕES PÚBLICAS NO BRASIL.....	11
2.2 A EXPANSÃO DAS RELAÇÕES PÚBLICAS.....	13
2.3 LOBBY.....	14
2.4 ADVOCACY.....	17
2.5 ADVOCACY DIGITAL.....	19
<b>3. MOVIMENTO ME TOO.....</b>	<b>21</b>
3.1 MOVIMENTO ME TOO NOS ESTADOS UNIDOS.....	22
3.2 MOVIMENTO ME TOO NO BRASIL.....	24
<b>4. METODOLOGIA.....</b>	<b>25</b>
<b>5. O CENÁRIO AMERICANO.....</b>	<b>28</b>
<b>6. O CENÁRIO BRASILEIRO.....</b>	<b>31</b>
<b>7. A PANDEMIA DO COVID 19 E A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER.....</b>	<b>39</b>
<b>8. CASOS DE REPERCUSSÃO.....</b>	<b>41</b>
<b>9. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>46</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>49</b>

## 1. INTRODUÇÃO

A luta por uma sociedade acolhedora e respeitosa com as mulheres é uma jornada histórica e contínua, marcada pela busca por igualdade, respeito e justiça. Em um cenário global repleto de desigualdades e desafios, existem movimentos sociais que buscam transformar sociedades e culturas, enfrentando barreiras sistêmicas, com o propósito de auxiliar as vítimas de assédio e violência sexual. A violência de gênero foi diagnosticada pelo secretário-geral das Nações Unidas, António Guterres, em 2018, como uma pandemia mundial, podendo ser confirmado esse diagnóstico mediante diversos dados sobre o tema. Segundo dados da Organização Mundial da Saúde (OMS), de 2017, 35% das mulheres no mundo já sofreram algum tipo de violência sexual. Além disso, conforme o Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC), 58% das pessoas do gênero feminino assassinadas naquele ano foram vítimas dos cônjuges ou de homens da família. Esses dados contribuem para confirmar o diagnóstico feito pelo secretário.

No Brasil, segundo dados da Agência Brasil, agência de notícias administrada pelo Governo Federal Brasileiro, a cada 24 horas ao menos 8 mulheres foram vítimas de violência em 2023. Os dados referem-se a oito dos nove estados monitorados pela Rede de Observatórios da Segurança (BA, CE, MA, PA, PE, PI, RJ, SP). As informações divulgadas pelo boletim que acompanha a pesquisa, *Elas Vivem: Liberdade de Ser e Viver*, mostram que ao todo foram registradas 3.181 mulheres vítimas de violência, um aumento de 22,04% em relação a 2022. Os dados apontaram também 586 vítimas de feminicídios nesse ano, ou seja, a cada 15 horas uma mulher faleceu em razão de gênero no país. Ameaças, agressões, torturas, ofensas, assédio são algumas das violências registradas na morte dessas mulheres. Panorama de somente 8 dos 26 estados brasileiros, deixando a situação geral brasileira ainda pior.

O Fórum Brasileiro de Segurança Pública divulgou que o número de estupros em 2022 aumentou em relação a 2021, um aumento de 8,2% que totaliza 74.930 estupros registrados, e também registrou 245.713 ocorrências de violência doméstica, 2,9% maior que no ano anterior. Em contrapartida, a ONU Brasil relata que nos últimos anos as políticas e programas que respondem às múltiplas formas de violência contra meninas e mulheres apresentaram baixos níveis de implementação e execução orçamentária. Além disso, devido a mudanças no plano plurianual 2020-2023, os gastos dedicados ao combate da violência contra a mulher se



tornaram mais difíceis de monitorar. Em 2022, o orçamento para políticas públicas para as mulheres foi o mais baixo em comparação aos 4 anos anteriores.

Dessa forma, é perceptível que o cenário da violência contra a mulher e a “pandemia mundial” tem piorado nos últimos anos. A diminuição do apoio financeiro, por parte Estado Brasileiro, contribui para que a violência contra a mulher continuasse ocorrendo e mostra o descaso com as vítimas no país. Por isso, o suporte da comunidade é crucial em momentos que os representantes políticos não fazem a sua parte, os movimentos sociais que atuam na causa, mesmo não sendo tão conhecidos, também contribuem para garantir o auxílio que as vítimas tanto necessitam, e que nem sempre possuem.

Nesse contexto de grande violência de gênero, movimentos como o *#MeToo* possuem o papel fundamental de ajudar as vítimas e de continuar a conversa que pode mudar o mundo. Além disso, a atuação de profissionais de relações-públicas, por meio de técnicas de comunicação como o *advocacy* digital, é de extrema importância para auxiliar a luta do terceiro setor, potencializar os movimentos sociais e garantir que a cobrança aos responsáveis aconteça. A internet e as redes sociais são indispensáveis para essa mobilização; elas potencializam a cobertura e o engajamento do povo, fazendo com que o trabalho das ONGs e de outras instituições tragam maiores efeitos e impactem a sociedade de diversas formas, fazendo a diferença na vida da população.

Para que essa estratégia de *advocacy* tenha o efeito esperado é necessário haver a mobilização social juntamente com a influência em políticas públicas, sendo mais fácil a teoria do que a prática. É um trabalho que necessita uma dedicação e persistência dos envolvidos, porém suas repercussões podem salvar e melhorar a vida de muitas pessoas e a sociedade em geral. Importante ressaltar que o *advocacy* faz parte da atuação democrática de um cidadão em um Estado; o termo democracia significa governo do povo, é uma forma de governo onde o povo possui a soberania de escolhas e o ato de advogar visa cobrar e garantir que as suas crenças e escolhas são ouvidas e acatadas. No Brasil essa democracia é representativa, o que significa que pessoas são escolhidas para representar o povo numa forma organizada de governo; porém isso não significa que após essa escolha o cidadão não tenha o direito e o dever de cobrar, pressionar e dialogar com os representantes do poder público.

Essa ferramenta de mão dupla é de extrema importância para a população poder garantir que suas vontades e interesses sejam cumpridos, externando o que acreditam a fim de

conseguir mudanças concretas que podem não estar na prioridade dos representantes atuais. A supervisão popular também faz parte da democracia, principalmente em um país com a população do tamanho da brasileira, onde há 1 parlamentar para cada 342 mil pessoas, dificultando que todas as pessoas sejam representadas e ouvidas como deveria. Por isso, participar e influenciar a atuação das políticas públicas é absolutamente legal, legítimo e necessário para o funcionamento da sociedade e pode ser feita através do *advocacy*.

Portanto, o objetivo do trabalho é entender o cenário e os impactos que um movimento de *advocacy* digital pode ter no desenvolvimento de uma sociedade e nas mudanças culturais e estruturais ao longo do tempo. Serão analisados o Movimento *Me Too*, sua construção como campanha digital e os desdobramentos após a sua viralização em 2017. Abordando a perspectiva do movimento como uma campanha de advocacy e os efeitos concretos ligados ao movimento nos Estados Unidos, as mudanças estatísticas dos dados sobre violência contra a mulher no Brasil e o importante papel da internet e das redes sociais em potencializar e escalar os movimentos sociais.

Autores como Waldemar Luiz Kunsch, Eduardo Carlos Ricardo de Patri, James Grunig e Todd Hunt constroem o aporte teórico que fundamenta o estudo ao longo do trabalho. Foram utilizados obras renomadas sobre a área de relações públicas, *advocacy* e *lobby* além de pesquisas que trazem dados estatísticos sobre o tema estudado, como a “Pesquisa Nacional de Violência contra a Mulher 2023” realizada pelo governo brasileiro e “*The Equal Employment Opportunity Commission*” realizada pelo governo americano. A metodologia escolhida para concretizar a análise foi o estudo de caso, promovendo uma análise do contexto e do processo detalhadamente a fim de sustentar a base teórica estudada e aprofundar nas repercussões e nas consequências causadas pelo movimento *me too*.

## 2. REVISÃO TEÓRICA: A RELAÇÕES PÚBLICAS COMO FERRAMENTA DE MUDANÇAS SOCIAIS

### 2.1 O SURGIMENTO DA RELAÇÕES PÚBLICAS NO BRASIL

No campo das Relações Públicas, muitas das vezes o ato de se relacionar com o público é associado às corporações e empresas privadas, referindo-se ao relacionamento com os clientes e stakeholders. Porém, o papel e função da relações públicas é muito maior e mais ampla do que esta simples determinação. O Terceiro Setor, que exerce atividades de interesse social, possui uma atuação bastante significativa desses profissionais, que não é sempre reconhecida e lembrada. A Comunicação Pública, da mesma forma, realiza um trabalho importantíssimo na sociedade, tanto com o Governo se comunicando com os seus públicos, quanto com a população retomando essa conversa e reivindicando ações e mudanças na sociedade. Essa comunicação de mão dupla é essencial para a máquina Estatal funcionar, garantindo a participação de toda a sociedade. Para entender o contexto e atuação de Relações Públicas e da atuação da profissão no Brasil é preciso lembrar da sua origem e da sua inserção no país.

O surgimento da profissão pode ser visto em diversos momentos da história. Não há um consenso de onde e quando a prática das relações públicas foi efetivamente instaurada. Waldemar Luiz Kunsch<sup>1</sup> no artigo “De Lee a Bernays, de Lobo a Andrade: a arte e a ciência das relações públicas em seu primeiro centenário (1906-2006)” reúne aspectos do surgimento da profissão, na sociedade americana e na brasileira, pela visão de diversos autores como James Grunig e Todd Hunt. James Grunig<sup>2</sup> (2003) relata em sua obra que na aristocracia da China, mais de cinco mil anos atrás, já era praticado algo parecido com as modernas práticas da profissão. Já Todd Hunt<sup>3</sup> (1984) relembra a Retórica de Aristóteles, que poderia ser considerado um dos livros mais antigos escritos sobre relações públicas, e a cristalização da opinião pública a partir da invenção dos tipos móveis de imprensa, que consolidaram a essência do que conhecemos como a atuação da profissão. Porém, no Brasil, aprendemos que

---

<sup>1</sup> KUNSCH, W. L. De Lee a Bernays, de Lobo a Andrade: A arte e a ciência das relações públicas em seu primeiro centenário (1906–2006)[From Lee to Bernays, from Lobo to Andrade: the art and the science of the public relation in its first centenary (1906–2006)]. **sixth Encontro dos Núcleos de Pesquisa da Intercom, Brasília**, 2006.

<sup>2</sup> GRUNIG, James E. A função das relações públicas na administração e sua contribuição para a efetividade organizacional e societal. **Comunicação & Sociedade**, v. 24, n. 39, p. 67-92, 2003.

<sup>3</sup> GRUNIG, James E. e HUNT, Todd. *Managing public relations*. New York: Holt, Rinehart & Winston, 1984.

os inventores e disseminadores das relações-públicas modernas são os norte-americanos; a linha acadêmica e mercadológica que mais é estudada e praticada pelos brasileiros.

Na primeira década do século XX, a indústria americana começou a ser atacada por líderes do governo e escritores de fama, isso fez com que houvesse a necessidade de ter alguém especializado em lidar e compreender os públicos externos e internos, gerando um bom funcionamento da comunicação da organização. Esse alguém foi Ivy Lee, que apesar de ser popularmente conhecido como pioneiro das relações públicas, se considerava mais como um conselheiro e informante publicitário do que um consultor de relações públicas. Porém, ele foi a primeira pessoa a atuar com as técnicas que seriam atribuídas à profissão futuramente. Edward Bernays, no entanto, foi o primeiro professor de relações públicas numa universidade, publicando também a primeira obra da área “*Crystallizing public opinion (1923)*” onde desenha a figura do profissional de relações-públicas que é mais ético e com maior responsabilidade social, diferente dos agentes de imprensa e publicistas da época, como Lee. Edward consolidou a área academicamente e foi o propulsor dos estudos sobre as Relações Públicas. Por isso, há controvérsias de quem realmente criou a profissão.

Bernays, em seus trabalhos, trabalhava com o modelo assimétrico de duas mãos e utilizava da persuasão e feedback dos receptores para entender os resultados. Esse tipo de comunicação acontece através da compreensão mútua entre emissor e receptor, modelo que ainda usamos atualmente para criar estratégias comunicacionais. Kunsch em seu artigo relembra que Edward Bernays era sobrinho de Sigmund Freud, pai da psicanálise, e foi quem ajudou a popularizar a teoria relativa à manipulação de massas e de indivíduos. Em seu livro *Propaganda* (1928) Bernays afirma que “a manipulação inteligente de hábitos e opiniões organizados das massas é um elemento importante na sociedade democrática.”. Sendo bastante criticado na época por diversos pesquisadores internacionais, mas atualmente podemos constatar a presença desse tipo de manipulação na sociedade em que vivemos.

O surgimento da profissão no Brasil também pode ser visto de forma controversa, mas duas figuras se destacam na história da profissão no país. Eduardo Lobo foi o primeiro profissional a atuar como um relações-públicas na empresa canadense *Light*, companhia de luz que se instalou no Brasil em 1914, difundindo as técnicas e as funções da área. Já Teobaldo Andrade foi o primeiro a trazer o lado acadêmico para a profissão, de extrema importância na sistematização e estudo da atividade de relações públicas no país. Foi

Cofundador do primeiro curso de Relações Públicas na ECA-USP e autor do primeiro trabalho acadêmico sobre a área.

No entanto, a profissão de relações públicas só foi difundida e conhecida durante a Ditadura Militar brasileira, o que criou um estigma muito negativo em cima da reputação dos profissionais. Porém, isso também fez com que a comunicação governamental e comunicação pública crescessem como áreas de atuação e ganhassem mais espaço nos estudos acadêmicos. O presidente da época, Arthur da Costa e Silva, muito preocupado com a imagem do governo durante a ditadura, criou a AERP - Assessoria Especial de Relações Públicas, que no período preenchia o espaço de informação e comunicação suprimida pela censura então vigente, dando destaque a comunicação governamental. Fazendo com que a Relações Públicas tivesse destaque na época e se consolidasse no mercado de trabalho como um todo.

Autores como Waldemar Luiz Kunsch (2009) relatam que ter os militares associados à profissão se mostraria bastante negativo para a área de Relações Públicas, sendo vista como suspeita e enganosa nos meios intelectuais, artísticos, sindicais e midiáticos. Hoje em dia, como afirma Scheid e Lopes<sup>4</sup> (2014), ainda existe um certo estigma pejorativo referente à profissão e seus meios de execução, porém essa visão já evoluiu bastante e não impacta significativamente a atuação dos profissionais da área. Mas, é papel do Relações-Públicas contemporâneo trabalhar de forma ética e ligado aos princípios da área para continuar melhorando sua reputação. Dessa forma, é possível compreender que a área de RP no Brasil, após se desvincular da Ditadura Militar, seguiu para uma vertente focada no mercado de empresas privadas para melhorar sua reputação, diminuindo a atuação na comunicação pública e em ONGs do terceiro setor.

## 2.2 A EXPANSÃO DAS RELAÇÕES PÚBLICAS

Com a consolidação e expansão da profissão em todo o mundo, as relações públicas agregaram várias outras formas de atuação na comunicação e nas organizações. Na área de *Public Affairs*, que se refere a assuntos públicos, ela trabalha com a arte de evitar crises, envolvendo o desenvolvimento e criação de sinergias entre diversos pilares da comunicação, e

---

<sup>4</sup> QUADROS, Taíla Lopes; SCHEID, Daiane. RELAÇÕES PÚBLICAS E DITADURA MILITAR: IMPLICAÇÕES E IMPRESSÕES. *Cadernos de Comunicação*, v. 18, n. 1, 2014.

da construção de imagem corporativa. O pesquisador Eduardo Carlos Ricardo de Patri<sup>5</sup> exemplifica no artigo “Relações Governamentais, *Lobby* e *Advocacy* no contexto de *public affairs*”, publicado na ORGANICOM (2011), os pilares que auxiliam na atuação dos assuntos públicos: metas da campanha; estratégia de relações governamentais; estratégia de *grassroots* ou mobilização; estratégia de financiamento de campanhas eleitorais; estratégia de comunicação pela mídia tradicional e mídia social; estratégia de alianças, associações e coalizões; responsabilidade social; estratégia de mensagens fundamentais para educação e convencimento. Dessa forma, as relações públicas monitoram, planejam, executam, interagem com os diversos stakeholders, por meio de várias ferramentas de trabalho e mídias de relacionamento, para compor bases e alianças sólidas para o desenvolvimento e suas atividades específicas.

Patri também afirma que, com a massificação da internet e das mídias sociais, o conceito de *public affairs* vem evoluindo rapidamente, principalmente no seu *modus operandi*. O assunto público pode ser agora influenciado tanto pelo cidadão, eleitor, atores, formadores de opinião, grupos de interesses e grupos de pressão quanto pelos *decision-makers*, quem realmente toma as decisões. Isso implica na criação de um novo discurso e uma nova forma de operar e abordar temas relevantes; reestruturando as áreas organizacionais, sistemas e ferramentas de trabalho.

Podemos entender a atuação da reivindicação e estratégia a partir dos conceitos de *lobby* e *advocacy* na área de relações públicas, que explicam o funcionamento da atuação no gerenciamento de temas e estratégias de cidadania corporativa para influenciar políticas públicas (PATRI, 2011). Para o maior entendimento do funcionamento desse complexo sistema de ações que buscam impactar quem toma as decisões, é necessário conceituar e diferenciar os termos que serão trabalhados e como surgiram e atuam.

## 2.3 LOBBY

O termo *Lobby* ou *Lobbying* deriva do latim “*loggia*” que se refere a um cômodo onde uma pessoa se encontra diretamente com tomadores de decisões para enganá-los

---

<sup>5</sup> DA PATRI, Eduardo Carlos Ricardo. Relações governamentais, lobby e advocacy no contexto de public affairs. Organicom, v. 8, n. 14, p. 129-144, 2011.

(frequentemente privadamente) em discussões e debates de qualidade. [...] *lobbying* envolve uma abordagem mais orientada e atinge menos pessoas (UNICEF, 2010:2). Para Graziano<sup>6</sup> (1994), *Lobbying* está associado ao processo feito pelos grupos de pressão que buscam participar do processo estatal de tomada de decisões, contribuindo para a elaboração de políticas públicas de cada país, sendo utilizada uma cadeia de atividades para conseguirem tal feito. O autor ressalta que a pressão é o último estágio e geralmente requer uma presença organizada no centro de decisões de cada Governo. Concebe *lobby* como o saber especializado e a representação técnica. Já Patri (2011) define *Lobby* como uma técnica direta onde os grupos de interesse, os indivíduos ou as empresas se aproximam pessoalmente dos membros do governo ou do Congresso Nacional, para apresentar argumentos favoráveis ou contrários a determinada política ou legislação que esteja em discussão, ou seja, defendem seus interesses.

Nos Estados Unidos da América, onde a profissão de lobista é regulamentada e institucionalizada, vemos em maior destaque o reconhecimento das atividades de representação de interesses. É de conhecimento comum diversos grupos de interesse que tentam exercer influência no processo de tomada de decisão do governo norte-americano. O primeiro cientista político a empregar o termo *lobby* com o significado apresentado anteriormente foi Arthur F. Bentley em “*The Process of Government*”, editado em 1908. Porém, foi somente em 1946 que houve a regulamentação do *Lobby* com a aprovação do *Federal Lobbying Regulation Act*, que visava introduzir um sistema de registro intensamente detalhado junto às Secretarias da Câmara dos Deputados e Senado, a fim de garantir maior transparência no processo de tomada de decisões no Congresso. Com o passar do tempo a regulamentação foi se aperfeiçoando e crescendo, tornando ainda mais legal e transparente o trabalho realizado pelos lobistas. Atualmente essa normatização traz uma maior influência e segurança para os profissionais, garantindo o trabalho ético e legal através das normas.

No Brasil, apesar da prática do *Lobby* não ser considerada ilegal, ela não é vista com bons olhos e ainda possui muitos preconceitos e julgamentos em relação a sua atuação na política. Não estando regulamentada no país, algumas das práticas referentes ao *lobby* foram associadas a relações ilícitas de poder de influência. Por aproximadamente 15 anos o termo *lobbying* foi utilizado quando a imprensa se referia à corrupção e tráfico de influência, o que criou um estigma de marginalidade que continua envolvido na atividade. O estigma que o

---

<sup>6</sup> GRAZIANO, Gigi. *Lobbying, troca e definição de interesses: reflexões sobre o caso americano*. Dados, Rio de Janeiro, v. 37, n. 2, p. 317-340, 1994.

*lobbying* carrega está relacionado ao fato de a atividade aparecer associada a escândalos, a licitações direcionadas, propinas e obras superfaturadas. E os protagonistas dessas histórias, no Brasil e no exterior, têm sido na maioria das vezes empresas e autoridades públicas. Esses fatos reforçam a imagem do *lobby* como ilegítimo e ilegal. Dependendo dos autores e das suas implicações, o *Lobby* pode ser considerado “do mal” ou “do bem”, se for feito por uma empresa do mercado financeiro em prol da sua área ele é visto como ilegítimo, porém, se for feito por uma ONG ou conforme os interesses de trabalhadores, ele é louvável. É possível mudar esse estigma através da legalização e regulamentação da prática *lobbying*, trazendo benefícios para todas as áreas de atuação e aumentando a capacidade de transformação da profissão de relações públicas.

Por ainda não ser reconhecido e regulamentado no país, a academia brasileira ainda não possui uma vasta literatura sobre o assunto. Bezerra, Vianna e Aragão são alguns nomes que estudaram o *lobbying* no Brasil, porém sempre ligaram o termo a corrupção e atividades ilícitas. No entanto, em seus estudos, Aragão (1994)<sup>7</sup> diz acreditar que já no século XIX se praticava *lobbying* no Brasil e traz como exemplo as práticas da Associação Comercial do Rio de Janeiro. Ela começou a se organizar em 1808, visando defender e cooperar ativa e constantemente com relação a tudo quanto pudesse concorrer para o desenvolvimento das classes que representava. Dessa forma, é possível perceber que apesar de não ser regulamentado e não possuir uma boa reputação, o *Lobby* já está enraizado na sociedade há muito tempo, trazendo benefícios quando feito da forma correta e ética. E como Thomas<sup>8</sup> (2004) diz, fazer o *lobbying* é defender interesses junto a membros do poder público que tomarão decisões e é um fenômeno onipresente nos sistemas democráticos; sendo benéfico à sociedade trabalhar utilizando suas ferramentas ao seu favor e não tentando proibir sua prática.

Nesse processo de desconhecimento do *lobby* ele é comumente confundido com o *advocacy*, outro conceito da área de *public affairs*. O *advocacy*, no entanto, é comumente apelidado de “*lobby do bem*”, devido ao preconceito atribuído ao *lobby*. Apesar de diversas vezes serem confundidos, os estudos teóricos definem os conceitos diferenciadamente, mesmo tendo propósitos parecidos na sociedade, o de influenciar os tomadores de decisão do Estado.

---

<sup>7</sup> ARAGÃO, Murillo. Grupos de pressão no Congresso Nacional: como a sociedade pode defender licitamente seus direitos no poder legislativo. São Paulo: Maltese, 1994.

<sup>8</sup> THOMAS, Clive S. Research guide to US and international interest groups. (No Title), 2004.



## 2.4 ADVOCACY

Segundo Patri, *lobbying* se refere especificamente ao ato de advogar para tentar influenciar uma legislação específica, podendo ser feito pela pressão do público geral, *grassroots lobbying*, ou diretamente através do contato com o governo, ou membros do Congresso Nacional. Já *Advocacy*, muitas vezes simplificado como “*lobby* do bem”, é o ato de advogar, exercido por Organizações sem fins lucrativos ou pela sociedade civil. Esse ato de advogar acontece quando defendem os seus próprios interesses e tentam influenciar algum aspecto da sociedade, seja eles a mudança de comportamentos sociais, mudança de regras numa organização ou até mesmo a mudança de leis no Governo. Dessa forma podemos entender que o autor acredita que o *advocacy* possui um objetivo mais amplo que o *lobby*, gerando impactos com propósitos diferentes para o meio em que vivemos.

Porém, o conceito e o entendimento do termo *Advocacy* ainda é algo bastante discutido dentro e fora da Academia. O “Guia para a construção de estratégias de *advocacy*: como influenciar políticas públicas”, criado pelo Instituto IMAFLORA, Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola, traz um panorama sobre o conceito e como ele é aceito e entendido em algumas diferentes áreas da sociedade, mudando a forma de atuação segundo o seu entendimento. Ele constata que a definição de *advocacy* é bastante diversificada e que isso gera confusão sobre o seu uso e atuação social. Para simplificar, o guia entende que existem três campos principais de definição que norteiam o entendimento do conceito.

O primeiro campo está relacionado ao conjunto de atividades voltadas para influenciar e promover mudanças em políticas públicas, gerando ações que convergem para a transformação pretendida em uma determinada política pública. Podendo ser exemplificado pelo conceito de *Advocacy* do autor Pathfinder.

*Advocacy* não é a mudança de práticas específicas ou mesmo a conscientização ou busca de apoio das pessoas para determinada causa. [...] esses esforços só são considerados atividades de *advocacy* se o público-alvo, em seguida, colocar pressão sobre o processo de formulação das políticas públicas (Pathfinder, 2011a: 2).

O segundo campo de pensamento é mais amplo e está relacionado não só às mudanças em políticas públicas, mas também em mudanças de comportamentos e práticas, com um maior apoio público a uma causa específica. Organizações como a OMS e a UNICEF trazem seus próprios conceitos do termo que entram de acordo com essa segunda linha de

pensamento; a OMS (2006) conceitua *Advocacy* como “o processo de influenciar pessoas para criar mudanças”, já a UNICEF (2010) traz uma definição mais detalhada “*Advocacy* é o processo deliberado, baseado em evidências, para direta e influenciar indiretamente os tomadores de decisão, as partes interessadas e outros públicos relevantes para apoiarem e implementem ações que contribuam para o cumprimento dos direitos das crianças e das mulheres.”

O terceiro campo traz o *advocacy* não por sua finalidade, mas por suas atividades, sendo ainda mais difícil de se conceituar. Essas atividades são descritas como: desenvolvimento de parcerias e coalizões, campanhas, mobilização social, sensibilização da sociedade, ações de *lobby*, negociações, pesquisas, realizações de eventos. A própria UNICEF define *advocacy* como sendo a profissão de relações públicas, o que pode simplificar a diversa atuação que o profissional da área possui. Na prática, há vários termos usados de forma intercambiável para descrever o trabalho de *advocacy*. *Lobbying*, relações públicas, desenvolvimento de políticas públicas, conscientização, capacitação, mobilização social, campanha, trabalho de mídia e comunicação podem ser todos termos para *advocacy*. (UNICEF, 2010:4).

Mesmo com diferentes campos de conceituação, podemos constatar que a atuação do *Advocacy* na nossa sociedade é um tema de pertinência em contextos de crises fiscais, políticas e sociais. Para Steven Rathgeb Smith e Robert Pekkanen (2012)<sup>9</sup>, o *advocacy* de organizações sem fins lucrativos tem se tornado cada vez mais pertinente e constante nesses momentos de crise social, tendo um papel importante de veículo para a representação dos interesses dos cidadãos, grupos e causas. Oferecendo apoio, serviços, assistência e credibilizando as situações através da prestação de serviços, direitos, representação e o próprio ato de *advocacy*.

Outros autores também contribuem para o estudo e conceituação do *Advocacy*. Lopez<sup>10</sup>(2011) traz o olhar de mobilização social, em que *advocacy* é uma ação da comunicação pública, na qual há uma estratégia de convocatória e construção de propósitos comuns.

---

<sup>9</sup> SMITH, Steven Rathgeb; PEKKANEN, Robert. Revisiting advocacy by non-profit organizations. **Voluntary Sector Review**, v. 3, n. 1, p. 35-49, 2012.

<sup>10</sup> LÓPEZ, J., 2011. “Advocacy: uma estratégia de comunicação pública”, in Kunsch, M. (Ed.), Comunicação Pública, Sociedade e Cidadania, Difusão Editora, São Caetano do Sul, Brasil, pp. 61-80.

Secchi<sup>11</sup> (2010) vem com o mesmo pensamento, tratando o termo como um dos ciclos da política pública, complementada pela definição de Buckley<sup>12</sup> (2009), em que *advocacy* pode ser entendida como a etapa na qual se influenciará a lista de prioridades de um ou mais atores políticos por meio da mobilização social.

Logo, vemos que mesmo com diversas definições, o ato de advogar sempre está associado à luta social em prol de mudar algo na sociedade para o bem geral. Para o seguinte trabalho, entendemos *Advocacy* a partir do conceito de Patri; é o ato de advogar, feito por ONGs ou pela sociedade civil, em busca de defender os seus interesses, crenças e causas buscando influenciar a sociedade em algum aspecto, seja eles a mudança de comportamentos sociais, mudança de regras numa organização ou até mesmo a mudança de leis no Governo. Já *Lobby*, é o processo de advogar direto, feito por profissionais, representantes de organizações, em busca de mudanças para benefício próprio através do contato com representantes do Governo, não sendo tão pertinentes em casos de mobilização social. Desse modo, podemos compreender o papel que essa ferramenta possui em auxiliar as mudanças sociais.

## 2.5 ADVOCACY DIGITAL

Entender o conceito e a atuação do *advocacy* na sociedade esclarece uma maneira organizada de como os grupos sociais podem se mobilizar em prol de alguma causa. Mas, para a sociedade atual, é necessário ir um passo além e analisar o papel que a Internet e as redes sociais desempenham no atual processo de advogar. Gabriela de Brelaz<sup>13</sup>, doutora em Administração Pública e Governo e professora adjunta da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), relembra a Primavera Árabe como um marco para o uso da tecnologia e das redes sociais em defesa das causas; graças à internet e às redes sociais o movimento foi divulgado para todo o mundo e conseguiu juntar forças de diversos países do mundo árabe, resultando na queda de diversos governos no Oriente Médio. A divulgação das pautas e defesa online feita pelas organizações ocorreu em uma velocidade nunca vista anteriormente.

---

<sup>11</sup> SECCHI, Leonardo. **Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos**. Cengage Learning, 2014.

<sup>12</sup> BUCKLEY, Steve. Advocacy strategies and approaches: Overview paper. Accessed online at <http://www.apc.org/en/node/9456>, 2009.

<sup>13</sup> PAVAN, Jessica Natalia Souza et al. Estudo do engajamento do cidadão na participação de ações de mandatos eletivos no Legislativo brasileiro: análise do uso de political techs. **Cadernos EBAPE. BR**, v. 18, p. 525-542, 2020.

No Brasil, um momento importante para o crescimento das redes sociais e de movimentos sociais online foi a criação da Lei de Acesso à Informação em 2011; pode-se considerar que ela transformou o trabalho de *advocacy* no Brasil. Essa lei permite que toda a população tenha acesso a informações de interesse público. “A sociedade hoje sabe utilizar muito mais as ferramentas de *advocacy* do que sabia há 10 anos. Temos que ter cada vez mais pessoas na sociedade, formadores de opinião e influencers, chamando atenção para pautas”, diz Brelâz. Facilitando cada vez mais a participação popular no processo de pressão aos líderes e tomadores de decisões do país e a adesão aos movimentos.

Segundo Brady<sup>14</sup>(2015), Hon<sup>15</sup>(2015) e Moreillon<sup>16</sup>(2014), o surgimento do *Advocacy* Digital está atrelado à emergência da web 2.0, a segunda geração da World Wide Web. Os autores retratam uma grande evolução da Internet e do modo como as pessoas se portam na mesma, relatam também que foi criada e cultivada uma nova plataforma e um novo jeito de se expressar dentro dela, onde a interação e colaboração entre usuários é crescente e mais complexa. Nela há uma maior liberdade de expressão para todos os indivíduos e um acesso prático às plataformas que irão disseminar esse discurso. Como resultado, as redes sociais e a internet são utilizadas para tornar coletivo o propósito de mobilizações sociais. Dessa forma, a utilização e exploração do potencial das plataformas digitais de comunicação para promover a mobilização social gera o surgimento do *digital advocacy*.

Essa evolução também pode ser relacionada com a comunicação digital no seu modo multidimensional, participativa e interativa; pois é o que vem influenciando e potencializando a *digital advocacy*. Segundo Bartkiw, na sua obra em que analisa o poder da comunicação das redes sociais nos movimentos populares, publicada em 2016, o exemplo mais expressivo no Brasil de mobilização social nos canais digitais foram as manifestações de rua em 2013, popularizada pela hashtag #VemPraRua; com participação de cerca de 1,5 milhão de pessoas em protestos em mais de 100 cidades brasileiras.

O alcance global das redes sociais possibilita uma maior mobilização mundial em prol de uma causa em comum. Um grande caso que trabalhou com o *Digital Advocacy* nos últimos

---

<sup>14</sup> BRADY, R. et al, 2015. Utilizing Digital Advocacy in Community Organizing: Lessons Learned from Organizing in Virtual Spaces to Promote Worker Rights and Economic Justice. *Journal of Community Practice*, Vol. 23, No. 2, pp. 255-273

<sup>15</sup> HON, L., 2015. Digital Social Advocacy in the Justice for Trayvon Campaign, *Journal of Public Relations Research*, Vol. 27, No. 4, pp. 299-321.

<sup>16</sup> MORIELLON, J. e Hall, R., 2014. Digital Advocacy Stories: A Pedagogical Tool for Communicating and Strengthening Library Values. *J. of Education for Library and Information Science*, Vol. 55, No. 2, pp. 100-111.

anos foi o Movimento *Me Too*; que lutava contra o abuso e assédio sexual de mulheres, que ficou famoso através da *hashtag* #MeToo. O movimento é estudado neste trabalho em busca de entender como a campanha de *advocacy* digital em questão conseguiu transformar a sociedade e como o mundo globalizado e digital pode dar mais força aos movimentos de *advocacy*.

### 3. MOVIMENTO ME TOO

O *Me Too Movement* da luz à luta das mulheres que buscam uma sociedade que as tratem com dignidade e respeito e às consequências da violência sexual. Ele é um movimento social e campanha de conscientização contra abuso, assédio, importunação sexual e a cultura do estupro e se consolidou a partir da divulgação massiva, em suas redes sociais, de experiências com esse tipo de violência. O termo “*Me Too*” tem sua origem em 2006 em um encontro de debates e ações de empoderamento de meninas e adolescentes negras; Tarana Burke, fundadora do movimento, foi quem criou e popularizou o termo na sociedade. Naquele ano, em uma das reuniões, uma jovem participante relatou a Tarana o caso de abuso que teria sofrido como um pedido de ajuda, devido ao choque do momento, Burke indicou outra ativista na reunião para aconselhar a vítima. Em seu depoimento, Burke conta que a única coisa que conseguia pensar naquele momento era “eu também” (*me too*, em inglês), sinalizando que ela própria já havia sofrido algum tipo de abuso sexual.

Com essa passagem em mente, Tarana Burke fundou o Movimento *Me Too*. Buscando ajudar vítimas sobreviventes de violência sexual, inicialmente jovens negras da periferia dos Estados Unidos, o movimento visa incentivar essas mulheres a denunciarem seus agressores, dando apoio as vítimas de diversas formas.

O movimento #MeToo se tornou conhecido globalmente em 2017, após a viralização do artigo publicado pelo *The New York Times* que acusava Harvey Weinstein, um dos maiores executivos de *Hollywood*, de ter assediado, abusado e até estuproado dezenas de atrizes por diversos anos. Com toda repercussão do julgamento, em outubro de 2017, a atriz americana Alyssa Milano postou em sua conta no twitter, “Se todas as mulheres que já foram abusadas ou assediadas sexualmente escrevessem “*Me Too*” como um *status*, nos talvez mostremos para as pessoas um senso da magnitude do problema” (“*If all the women who have been*

*sexually harassed or assaulted wrote 'Me too' as a status, we might give people a sense of the magnitude of the problem,*”). Fazendo com que várias atrizes e mulheres influentes na sociedade americana, como Jennifer Lawrence, Uma Thurman, Gwyneth Paltrow, se solidarizaram nas redes sociais e compartilharam suas histórias de sobrevivência e de assédios através da hashtag #MeToo. Mostrando para todas as mulheres que elas não estavam sozinhas e que poderiam contar com o apoio umas das outras.

Com o seu crescimento, o movimento contou com grande participação popular, tendo pelo menos meio milhão de mulheres enviando suas respostas online nas primeiras 24 horas após as denúncias contra o executivo de Hollywood. Um ano depois, já eram quase 14 milhões de tuítes, sendo majoritariamente mulheres que participaram. Com o passar do tempo, mais pessoas foram apoiando a causa, o movimento saiu das redes sociais e teve apoio de passeatas e manifestações em prol da causa.

O movimento, apesar de ter começado e se popularizado nos Estados Unidos, também teve a sua influência no resto do mundo, principalmente na sociedade brasileira, devido às redes sociais. Diversos casos de assédio ficaram famosos após essa viralização e tiveram um maior apoio da sociedade devido à movimentação social por meio da internet. Atualmente existem grupos de atuação em prol da causa em vários países e a organização nos Estados Unidos dá seguimento aos desdobramentos do movimento no país. Já no Brasil, a organização que representa essa causa também utiliza a expressão “*Me Too*” para dar nome à instituição e atender o movimento no país, porém ela não possui nenhuma relação/ligação com a americana, exceto que advogam pela mesma causa.

### **3.1 MOVIMENTO *ME TOO* NOS ESTADOS UNIDOS**

A organização americana *Me Too Movement*, que foi fundada por Tarana, continua trabalhando desde 2006 em prol de ajudar mulheres e meninas que passaram ou passam por abusos sexuais; após o grande crescimento a partir de 2017, o propósito atual da Organização é focar no processo de cura das vítimas. Nos últimos 5 anos trabalhou com diversos projetos discriminados em relatórios anuais com as ações e resultados, relatórios esses que analisam a evolução e alcance do movimento. Tanara relata nos relatórios que o trabalho realizado pela

organização teve como motivação o desejo de ver um mundo livre de qualquer violência sexual. Com essa missão em mente, o movimento utiliza campanhas de *grassroot*, que visa mudar as legislações a partir da base política do local, juntamente com a participação e movimentação popular nas redes sociais. As instituições que apoiam o movimento também fazem com que o trabalho seja possível; empresas como: Google, HBO, Apparel, Gucci, Melinda Gates, CBS, *New York Women's Foundation* e muitos outros investem financeiramente para fazer o trabalho acontecer; esse tipo de junção de empresas e instituições permite a atuação da causa de uma maneira muito mais expressiva e possibilita a realização de campanhas de *advocacy*.

O primeiro relatório de impacto divulgado foi sobre o ano de 2019; a ONG trabalhou em prol de acabar com a violência sexual, mudar a narrativa da sociedade e usar a plataforma construída para expandir globalmente o movimento. Nesse ano o foco foi em proporcionar Conversas de Cura que promoviam o diálogo entre vítimas; ministrar cursos de liderança que ensinam habilidades e melhoram os currículos das mulheres; desenvolver uma pesquisa que analisa de onde vem o problema, investiga o ciclo da vida de uma sobrevivente, estuda os próximos passos a serem tomados e analisa os mitos sobre a violência sexual, buscando entender profundamente o cenário que advogam; também aumentaram e concretizaram a plataforma digital utilizada e interviram em universidades mediante campanhas e palestras no campus, buscando mudar a cultura de estupro que invade a vida universitária. No aniversário de 2 anos da hashtag *#metoo* naquele ano, a organização lançou a campanha *#metoovoter*, cujo propósito era colocar pressão nos líderes políticos para darem andamento às soluções e propostas que abordam, previnem e acabam com a violência e importunação sexual nos Estados Unidos. A campanha buscava forçar o posicionamento dos políticos que concorriam à presidência do país e a adição da pauta de violência sexual como assunto predominante nas plataformas e propostas eleitorais.

O relatório sobre os anos de 2020 e 2021 tiveram uma mudança temática nas ações devido à pandemia do COVID 19. Com o mundo remoto, todas as ações passaram a ser oferecidas de forma online e global, as conversas dos sobreviventes continuaram através da internet; uma plataforma para sobreviventes do vírus foi criada para auxiliar o momento delicado e os treinamentos de liderança aconteceram normalmente de forma online. Foi criada uma agenda para a concepção de uma campanha que auxiliasse sobreviventes e buscasse compreender suas vidas a partir dos desafios de um abuso sexual. Tendo como resultado a campanha “Quebrar a Cultura de Estupro” que, com o apoio de outras organizações, buscava

entender o surgimento da cultura do estupro e do assédio e possíveis formas de acabar com elas. Em 2020 foi lançada a plataforma *ACT TOO*, um site interativo que convida todas as pessoas a agirem em prol da causa; uma extensão da missão do *Me Too*, o site tem o propósito de juntar voluntários, doações e oferecer treinamentos para aqueles que queiram participar e auxiliar a causa no local que estão instalados, tendo um papel importante na luta contra a violência sexual local.

Em 2022 a sociedade estava ressurgindo da pandemia e do período de quarentena, o novo normal vivido na época impactou a vida de diversas pessoas e também das sobreviventes de abuso sexual. Neste ano a organização lançou o Santuário do Sobrevivente, um guia para o processo inicial de cura que qualquer um pode ter acesso às aulas e atividades durante sua jornada de superação. Ele foi lançado com o propósito de auxiliar as pessoas que ainda não estavam saindo de casa e não tinham acesso a outros tipos de ajuda. No último relatório, do ano de 2023, o lema principal foi “A Cura como uma palavra de Ação”, em uma cultura onde a voz dos sobreviventes é comumente silenciada, o *Me Too* cria os caminhos para uma cura coletiva e a plataforma para o compartilhamento de experiências e histórias. Também foi um ano de aprimoramento e continuação de todas as atividades já criadas anteriormente pelo Movimento *Me Too*.

Por isso, ao longo dos últimos anos, a Organização *Me Too Movement* vem trabalhando para auxiliar no processo de cura, dando atenção às vítimas, e buscando impactar as políticas públicas e leis americanas que abordam o tema advogado.

### **3.2 MOVIMENTO *ME TOO* NO BRASIL**

A instituição brasileira declara ser uma organização sem fins lucrativos dedicada à defesa dos direitos das vítimas de violência sexual, oferecendo escuta, acolhimento, além de atendimento psicológico, jurídico e assistencial; diz também promover campanhas de conscientização, incidência legislativa, *advocacy* e litigância estratégica, buscando o diálogo com a população e os poderes legislativo, executivo e judiciário, para colaborar no aprimoramento da proteção às vítimas de violência sexual. Possui uma equipe de 544 voluntários e dizem já ter ajudado cerca de 395 vítimas e com mais de 120 encaminhamentos realizados até então. Sua equipe diretiva é composta por profissionais com experiência em



direitos humanos, violência de gênero, raça, direitos das mulheres e da população LGBTQIAP+, justiça social e no enfrentamento ao abuso, ao assédio e à violência sexual.

Criada em 2019, o movimento foi desenvolvido por iniciativa da advogada especialista em gênero, Marina Ganzarolli e inspirado no movimento norte-americano, não possui vínculo com ele, mas compartilha o objetivo de apoiar e amplificar a voz das sobreviventes. Ainda não possui a mesma visibilidade e alcance que a organização norte-americana, mas vem atuando em diversos casos de denúncias de abuso contra as mulheres, como o de Silvio Almeida, ex-ministro de Direitos Humanos. Reporta ter recebido mais de 151 denúncias de violência sexual só no primeiro ano de atuação, encaminhando 68 casos para a rede de proteção do estado correspondente. A organização trabalha atualmente para se consolidar na sociedade brasileira, traz campanhas que estejam consoante a cultura e com a população do país como a campanha “#eusóqueiraverojogovirar” que visa construir no futebol um ambiente mais acolhedor as mulheres.

No ano de 2024 ela tem ganho maior alcance e está sendo mais conhecida pelos brasileiros. Em seu site é possível encontrar relatos de vítimas de abuso sexual, doar para apoiar a causa, ler notícias sobre temas relacionados ao assunto principal e conhecer as empresas que tornam o trabalho da ONG mais viável financeiramente, como a Uber, Corta, 99Jobs.com e muitas outras.

#### **4. METODOLOGIA**

Para além do conteúdo estudado, é necessário traçar o caminho a ser seguido durante a pesquisa. A ciência e o estudo das metodologias científicas possibilitam diversas formas de abordar os trabalhos acadêmicos, que também são influenciados pelo objetivo e pela coleta de dados, partes cruciais para a formulação deste trabalho de conclusão de curso. Dessa forma, a escolha da metodologia que guia o trabalho considerou os objetivos da monografia e a natureza da pesquisa.

O livro de Catherine Cassel<sup>17</sup>, publicado em 2004, juntamente com a participação de diversos estudiosos de metodologia científica, elucida definições e modos de uso dos principais métodos acadêmicos. Jean Hartley (2004) faz sua contribuição no livro ao falar sobre o estudo de caso, a autora afirma que esse método consiste em uma investigação detalhada e utiliza geralmente dados coletados durante um período determinado do fenômeno estudado, sendo um dos interesses principais do pesquisador: a relação do fenômeno com o contexto em que está inserido. O objetivo do estudo é promover uma análise do contexto e do processo que sustentam a base teórica estudada.

Hartley afirma que o número de variáveis sempre será muito grande para serem todas consideradas em um estudo. Logo, para que o estudo de caso aconteça é necessário haver uma escolha dentre os recortes disponíveis para tornar a pesquisa viável. Normalmente são utilizados mais de um método durante a pesquisa, um validando o outro ao longo do processo, sendo necessária essa variedade de coleta de informações para se adequar a complexidade de se estudar um fenômeno da sociedade e trazer considerações que deem sustentação à hipótese inicial.

Por isso, a autora acredita que o estudo de caso deve ser definido pelo caminho que será seguido durante a análise do trabalho e a orientação teórica ligada a pesquisa e dados, possibilitando que eles sejam analisados e entendidos no contexto estudado. Cada trabalho é diferente e deve ser moldado conforme a necessidade teórica e prática do estudo. Hartley aponta que o estudo de caso pode ser útil para explorar novos processos e comportamentos, sendo importante para a geração de hipóteses e criação de teorias. O estudo analisa a emergente e mutante vida nas organizações e na sociedade, que ultimamente vem mudando muito rapidamente, explorando e comparando teorias, hipóteses e os dados.

Robert Yin<sup>18</sup> (2010), cientista americano conhecido por seu trabalho em pesquisa de estudos de caso, o define como uma investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo em profundidade e em seu contexto de realidade, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não são claramente evidentes. O autor classifica o estudo de caso quanto ao tipo: descritivo, explanatório e exploratório; e quanto às suas características: especificidade, pluralidade, contemporaneidade e análise intensiva. No Brasil,

---

<sup>17</sup> CASSELL, Catherine; SYMON, Gillian (Ed.). **Essential guide to qualitative methods in organizational research**. sage, 2004.

<sup>18</sup> YIN, R. K. Estudo de caso: planejamento e métodos. 4. ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.

segundo ROESE (1999, apud DE SOUZA, 2013)<sup>19</sup> essa abordagem está refletindo no crescente número de trabalhos que utilizam esse método na área das Ciências Sociais, tendo como motivo a viabilidade de fazer projetos mais enxutos que estudam micro realidades e contextos específicos.

Dessa forma, considerando o contexto da pesquisa, a hipótese a ser estudada e os dados coletados e utilizados para a análise do objeto de estudo, a metodologia que guiará a construção desse trabalho será o estudo de caso. O método ajudará a compreender o tema de forma mais completa e investigativa, por se tratar de um tema muito delicado e complexo é necessário estudar todas as nuances do contexto em que ele está inserido. Assim, é de objetivo deste trabalho compreender como o movimento *#metoo* impactou a vida das mulheres da sociedade brasileira e norte-americana, e analisar o poder de um *case* de *advocacy* digital e como a internet pode ser um instrumento para auxiliar os movimentos sociais e de *advocacy*.

O trabalho busca mudanças concretas que podem ter sido influenciadas pelo movimento e que reforçam a importância e o impacto do terceiro setor, da profissão de Relações Públicas na sociedade, do trabalho de *advocacy* e da campanha digital. Foram analisados dados dos repertórios da “Pesquisa Nacional de Violência contra a Mulher 2023”, realizada pelo Senado Brasileiro, que mostra o cenário da violência contra as mulheres ao longo dos anos no país, 2005 até 2023. A pesquisa ajuda a entender as mudanças estatísticas sobre violência contra a mulher ao longo dos anos e este trabalho dá destaque a análise do recorte de 2017, ano em que viralizou o movimento *Me Too*. Ainda perspectiva brasileira também foi analisado a relação entre a pesquisa do termo “metoo” e do termo “delegacia da mulher” entre os anos de 2017 e 2024.

No contexto norte-americano, serão apuradas pesquisas realizadas por faculdades prestigiadas sobre o movimento, como a Universidade de São Francisco, além das próprias realizações da ONG *Me Too Movement*; entendendo o trabalho realizado pela própria instituição e os mecanismos criados para o acolhimento e ajuda à vítima. Também será analisado a pesquisa realizada pelo “*The Equal Employment Opportunity Commission*”, *EEOC*, a Comissão de Igualdade de Oportunidades de Emprego dos Estados Unidos, que analisa e recebe os dados sobre os ambientes de trabalho estadunidenses e casos no meio esportivo nos Estados Unidos.

---

<sup>19</sup> DE SOUZA COSTA, Alexandre et al. O uso do método estudo de caso na Ciência da Informação no Brasil. **InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação**, v. 4, n. 1, p. 49-69, 2013.

A pandemia do COVID 19 também influenciou a dinâmica da violência contra a mulher na sociedade. Devido à mudança tão significativa causada por uma quarentena e período de calamidade pública, é necessária uma análise específica para esse período e entender como ele afetou a vida de diversas mulheres por todo o mundo, não só no Brasil. Além disso, serão revistos casos de grande repercussão da mídia e como eles podem ter afetado o desenvolvimento do movimento.

## 5. O CENÁRIO AMERICANO

O Movimento *Me Too* como campanha de *advocacy* começou de uma forma muito pequena e foi ganhando força ao longo dos anos. O propósito do movimento inicialmente era auxiliar as vítimas de violência sexual e de gênero, mas com a viralização online conseguiu forças para impactar diretamente políticas públicas nos Estados Unidos. Um dos exemplos foi a criação o “*New York Adult Survivors Act*” em 2023, norma que suspendeu por um ano a prescrição de tempo que casos de assédio e violência sexual poderiam ser denunciados.

Segundo uma pesquisa realizada pela Universidade de São Francisco, nos Estados Unidos, em 2019, dois anos após a viralização em 2017, a *hashtag* nas redes sociais teve mais de 1,5 milhões de respostas com histórias de outras mulheres que sofreram abuso, além de mensagens de apoio. Mas o que a ONG e a sociedade fizeram naquele momento para mudar e ajudar essas mulheres? Roberta Kaplan, Tina Tchen e Fátima Goss Graves fundaram o *TIME'S UP Legal Defense Fund*. Fundada em 2018 e encerrada em 2023, a organização tinha como missão providenciar suporte financeiro para representações legais, suporte nas mídias e assistência em *storytelling* em situações de abuso sexual no ambiente de trabalho, já que o movimento se popularizou com a denúncia de abuso sexual no ambiente empresarial de *Hollywood*.

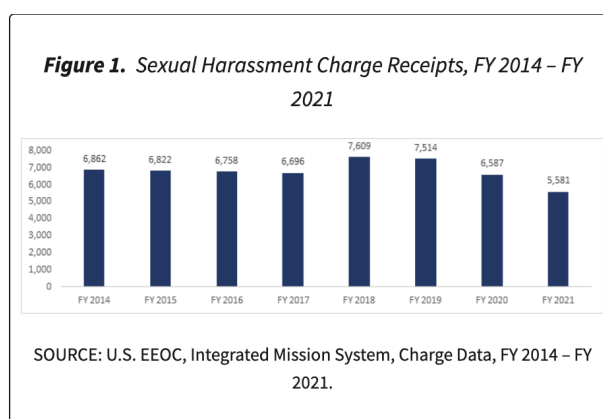
O fundo arrecadou, de diversas formas, mais de 22 milhões de dólares e ajudou mais de 3700 sobreviventes de abuso sexual, possuíam 792 advogados na rede de apoio e ajudaram mais de 75 casos judiciais, com 35 deles recebendo cobertura da mídia. Em 2019, o *The New York Times* chamou o fundo de “*crown jewel*”, que significaria joia da coroa, representando a importância que teve para as mulheres e para a sociedade; e em 2021 o jornal disse que a iniciativa apresentava possivelmente a atuação de maior significado da organização *TIME'S*

UP. No entanto, o fundo foi encerrado após acusações de que os líderes das organizações assessoraram Andrew Cuomo quando ele estava passando por alegações de abuso sexual.

Além disso, podemos ver os impactos gerados pelo movimento de outras formas. As ligações para a Rede Nacional de Denúncias de Estupro, Abuso e Incesto nos Estados Unidos, uma Organização Não Governamental Estadunidense que trabalha contra o abuso sexual, aumentaram 23% em 2017 com a comparação do mesmo período de 2016. Sendo mencionada diversas vezes a *hashtag* “#metoo” como uma influência para a denúncia. A própria organização reconhece a importância do movimento e da ONG em auxiliar as mulheres no processo de denúncia de uma violência sexual.

O impacto também é visto na pesquisa realizada pelo “*The Equal Employment Opportunity Commission*”, EEOC, a Comissão de Igualdade de Oportunidades de Emprego dos Estados Unidos, que analisa e recebe os dados sobre os ambientes de trabalho estadunidenses. A pesquisa aponta o crescente número de denúncias de abuso sexual nos dois anos seguintes a viralização do Movimento *Me Too*, apontado como um grande influenciador nas pesquisas divulgadas pela comissão. No entanto, é possível notar que o período dos anos de 2020 e 2021 retratam uma situação atípica devido à Pandemia do COVID 2019, a situação de incerteza que o mundo se encontrava também dificultou a realização de qualquer tipo de denúncia, como será visto posteriormente neste trabalho.

Gráfico 1 - Recibos de denúncia de assédio sexual, ano fiscal de 2014-ano fiscal de 2021



Fonte: U.S EEOC

No ano de 2018 a EEOC recebeu 7,609 denúncias de abuso sexual no ambiente de trabalho comparado aos 6,696 de 2017, um aumento de 13,6% de denúncias. A pesquisa também mostra que a porcentagem de abuso sexual denunciados cresceu em relação aos

outros tipos de crimes reportados neste canal, entre 2018 e 2021 ele compôs 27,7% de todas as denúncias, em contrapartida, aos 24,7% das denúncias entre os anos de 2014 e 2017. A comissão relata que existe uma dificuldade maior em denúncias no ambiente de trabalho devido ao medo de retaliação e/ou perda do emprego e consequentemente do seu salário e sustento. Mas esse cenário vem mudando nos últimos anos, a diminuição da impunidade incentiva e encoraja as mulheres e todas as pessoas que passam por situações parecidas a denunciarem.

Outra instituição que teve sua estrutura abalada pelo movimento foi a *U.S. Gymnastics*, Federação de Ginástica dos Estados Unidos. Em 2017, com a popularização do movimento “*Me Too*”, o caso de escândalo sexual envolvendo treinadores, médicos e membros da equipe nacional de ginástica americana ganhou uma proporção ainda maior na mídia. O médico Larry Nassar começou a ser julgado em 2016 após uma série documentária, lançada pela rede de streaming Netflix chamada “*Atleta A*”, contar a história de uma ginasta americana que após denunciar o abuso sexual do médico da equipe foi cortada da equipe e perdeu oportunidades em sua carreira pela denúncia. Esse caso levou mais de 156 atletas a darem seus depoimentos no julgamento contra Nassar. Com o movimento no ano seguinte do escândalo sexual na ginástica americana, vários outros executivos, médicos e treinadores foram denunciados e demitidos dos seus cargos por abuso sexual de menores por mais de duas décadas. O movimento também alcançou a Copa do Mundo Feminina com a investigação por parte da FIFA (Federação Internacional de Futebol Associação) contra o ex-vice Presidente Ahmad Ahmad e o ex Presidente Sepp Blatter por importunação e assédio sexual contra uma funcionária e uma goleira americana, respectivamente.

Com o trabalho de *advocacy* a Organização *Me Too* foi responsável pela aprovação de diversas leis no congresso americano que mudaram o cenário da violência sexual no país. Em 2017, o ex-presidente Donald Trump assinou a Lei de Redução de Impostos e Empregos, *The Tax Cuts and Jobs Act of 2017*. Ela negava as deduções fiscais para acordos de confidencialidade relacionados com assédio ou abuso sexual, ajudando a desencorajar acordo de não depreciação em relação ao assédio sexual no local de trabalho. No mesmo tema, também foi assinado um projeto de lei pelo Presidente Biden, o Fim da Arbitragem Forçada, *Ending Forced Arbitration*, que proíbe acordos de arbitragem pré-disputa para reclamações que alegam agressão ou assédio sexual. O *Me Too* estimulou vários estados, incluindo Califórnia, Nova Jersey, Nova Iorque, Oregon e Virgínia, a proibir o uso de acordos de confidencialidade para encobrir o assédio sexual. Em 2022, Biden sancionou a Lei *Speak Out*,

traduzida como Lei Ato de Falar, que torna inexecutável acordos de confidencialidade e não depreciação relacionados com alegações de agressão ou assédio sexual que são celebrados “antes do surgimento da disputa” ou pré-processo.

Mais de 230 leis foram introduzidas ao congresso nos níveis estaduais que aumentavam a proteção no ambiente de trabalho, como foi mostrado no relatório de progresso do *Me Too* no ambiente de trabalho. Tendo um impressionante resultado de 19 estados aderindo novas proteções contra o abuso e importunação sexual no meio corporativo. Quinze estados limitaram ou proibiram os contratantes de pedirem para funcionários assinarem documentos de confidencialidade como uma condição durante a contratação; onze estados e Nova York implementaram ou enrijeceram treinamentos contra assédio; seis estados expandiram as proteções contra assédio no ambiente de trabalho e sete estados criaram medidas que pediam ou encorajaram as corporações a implementar políticas contra assédio.

## 6. O CENÁRIO BRASILEIRO

No Brasil, o movimento *Me Too* não teve tanta repercussão momentaneamente em 2017 quando comparado aos Estados Unidos. Apesar de ter sido bastante comentado nas redes sociais brasileiras, os impactos na sociedade do país vieram um pouco depois e de formas diferentes em relação à sociedade americana. Portanto, para entender um pouco mais sobre o contexto da violência contra a mulher e o impacto do movimento no cenário brasileiro nos últimos anos, analisaremos a evolução estatística da Pesquisa Nacional de Violência contra a Mulher, realizada pelo Senado, e como ela se comporta ao longo do tempo.

O Instituto de Pesquisa DataSenado, que realiza a pesquisa analisada, foi criado em 2004 com a missão de acompanhar, por meio de pesquisas, enquetes e análises, a opinião pública brasileira sobre o Senado Federal, a atuação parlamentar e temas em discussão no Congresso Nacional. O DataSenado já ouviu mais de 4 milhões de cidadãos brasileiros sobre diversos temas como: violência doméstica, segurança pública, reforma política, meio ambiente, violência contra a juventude negra e Estatuto da Criança e Adolescente. Esses dados levantados pelo instituto auxiliam as decisões parlamentares e têm contribuído para uma melhor compreensão sobre como a população brasileira pensa e vive. A Pesquisa Nacional de Violência contra a Mulher é feita em parceria com o Observatório da Mulher, que

também é uma plataforma do Senado Nacional que visa contribuir para o fim da violência contra as mulheres, sendo uma referência nacional e internacional em dados, pesquisa e análise.

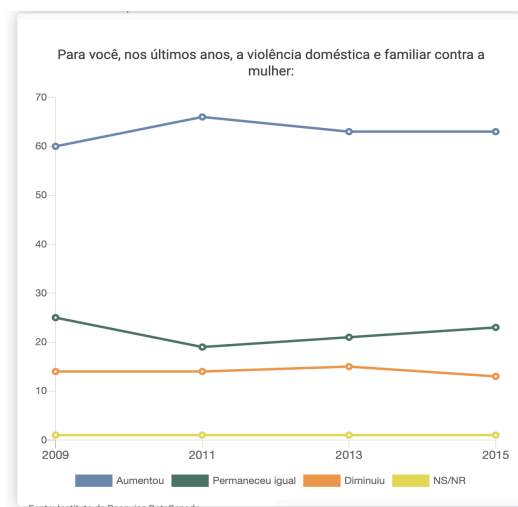
A parceria entre os dois traz a cada dois anos um relatório que acompanha a percepção e a vivência das mulheres brasileiras sobre a violência doméstica e familiar desde 2005. O levantamento da primeira edição serviu de subsídio para a formulação da Lei Maria da Penha, que foi sancionada em 2006. Essa lei foi a conquista de um movimento de *advocacy* brasileiro que buscava proteger as mulheres no país. Mostrando a importância em ter dados sobre a população e acompanhar as mudanças sociais ao longo dos anos e seus impactos mediante dados estatísticos.

Apesar de só haver 6 anos de separação entre o movimento *Me Too* e os dados de 2023, e de ser pouco tempo para uma sociedade mudar sua cultura, crenças e ações, podemos ver uma mudança nos padrões dos dados a partir de 2017. Podendo relacionar a grande repercussão da campanha social que trabalhava constantemente com o tema da violência sexual e violência contra as mulheres.

As pesquisas indicam que na opinião das mulheres brasileiras a violência doméstica no Brasil permaneceu igual entre os anos de 2011 e 2015. Porém, a partir do ano de 2017 elas reportaram que essa violência vem aumentando. Em 2021, 83% das mulheres responderam acreditar que a violência contra a mulher aumentou. Dessa forma, o aumento nas estatísticas ao longo dos anos não só se dá ao fato da violência está aumentando em si, mas as mulheres também estão mais encorajadas a denunciar a agressão e a conversar com suas amigas e familiares sobre o assunto.

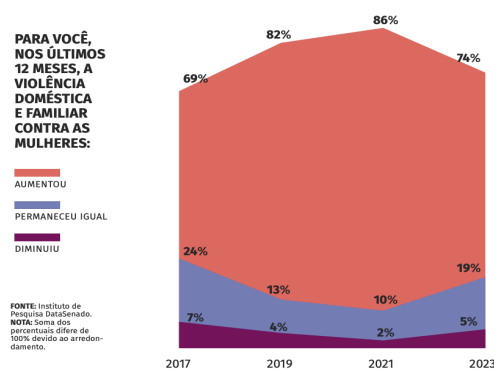


Gráfico 2 - Tabela “Para você, nos últimos anos, a violência doméstica e familiar contra a mulher:” anos de 2009 a 2015



Fonte - Instituto de Pesquisa DataSenado

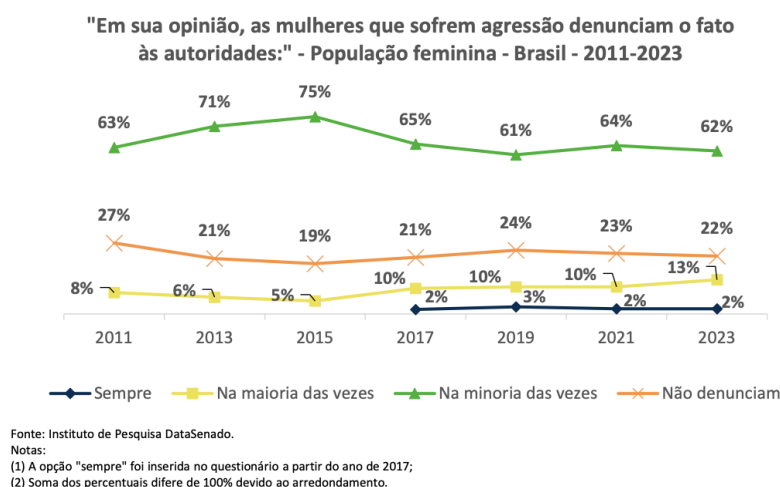
Gráfico 3 - Tabela “Para você, nos últimos 12 meses, a violência doméstica e familiar contra as mulheres: ” anos de 2017 a 2023



Fonte - Instituto de Pesquisa DataSenado

A violência continua acontecendo e pode até estar aumentando na sociedade brasileira, mas de fato há uma mudança no pensamento das mulheres e no modo como elas agem após serem violentadas. Isso também pode ser visto pelo aumento da porcentagem de mulheres que denunciam a agressão às autoridades ao longo dos últimos anos. A porcentagem de mulheres que denunciam “na minoria das vezes” segundo o gráfico passou de 65% em 2017 para 62% em 2023, já a porcentagem que denunciam “na maioria das vezes” passou de 10% em 2017 para 13% em 2023. Essa crescente é pequena, porém significativa, mostrando que a sociedade brasileira está mudando. No gráfico podemos observar uma oscilação fora do padrão entre os anos de 2019 e 2021, isso pode ser explicado pelo conturbado momento pandêmico que foi vivenciado com o COVID 19. Esse fator será detalhado mais adiante no trabalho.

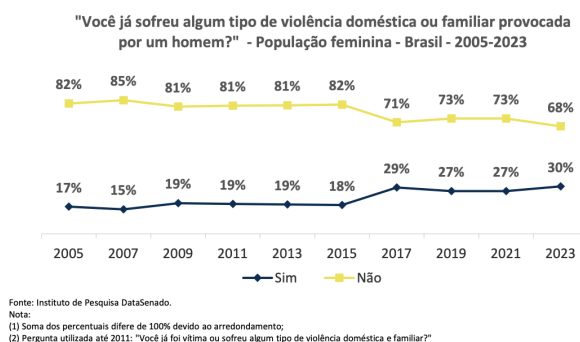
Gráfico 4 - Tabela “Em sua opinião, as mulheres que sofrem denunciam o fato às autoridades:”-População feminina-Brasil - 2011-2023



Fonte-Instituto de Pesquisa DataSenado

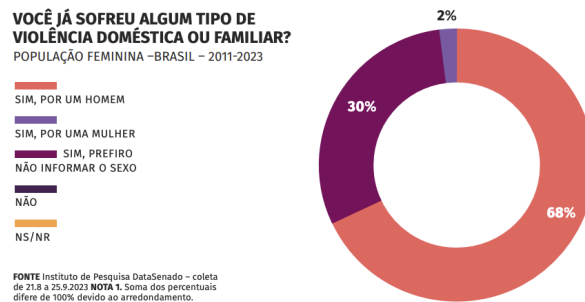
A partir do ano de 2017, a porcentagem de mulheres que autodeclararam ter sofrido violência doméstica ou familiar provocada por um homem teve um aumento expressivo. Em 2015, era de 18%, já em 2017 passou para 29%. Entre os anos de 2011 e 2023, 63% das mulheres que responderam à pesquisa declararam ter sofrido violência doméstica. Já a porcentagem de mulheres que diz conhecer uma amiga, familiar ou conhecida que já sofreu violência doméstica passou de 56% em 2015 para 71% em 2017, mostrando que esse tema está deixando de ser um tabu na sociedade e as mulheres estão conversando entre si sobre suas experiências de violência doméstica ou familiar. A mudança expressiva nas estatísticas do ano de 2017 só confirma que a partir da repercussão do Movimento *Me Too* naquele ano, influenciou positivamente no aumento da confiança das mulheres em falarem sobre o assunto e denunciarem.

Gráfico 5 - Tabela “Você já sofreu algum tipo de violência doméstica ou familiar provocada por um homem?” - População feminina - Brasil - 2005-2023



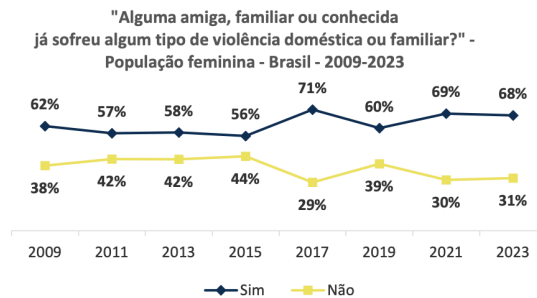
Fonte - Instituto de Pesquisa DataSenado

Gráfico 6 - Tabela “Você já sofreu algum tipo de violência doméstica ou familiar?” - População feminina - Brasil - 2011-2023



Fonte - Instituto de Pesquisa DataSenado

Gráfico 7 - Tabela “Alguma amiga, familiar ou conhecida já sofreu algum tipo de violência doméstica ou familiar?” - População feminina - Brasil - 2009-2023

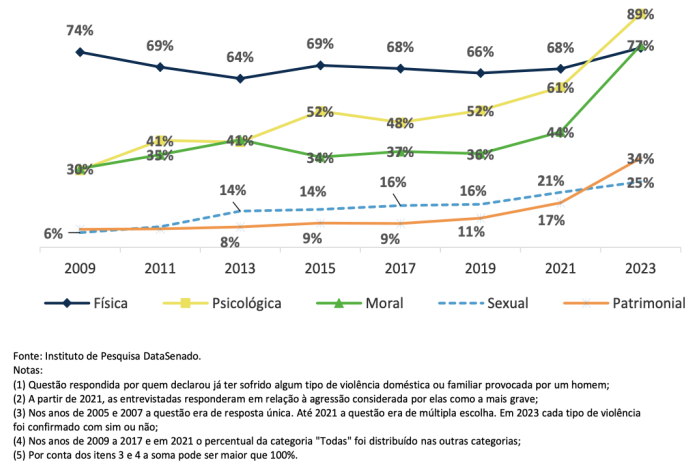


FONTE: Instituto de Pesquisa DataSenado.  
Notas:  
(1) Pergunta utilizada até 2019: "Você conhece alguma mulher que já sofreu algum tipo de violência doméstica ou familiar?";  
(2) Soma dos percentuais difere de 100% devido ao arredondamento.

Fonte - Instituto de Pesquisa DataSenado

A pesquisa também mostra uma crescente no número de denúncias de violências que não eram tão denunciadas anteriormente, ressaltando a importância de campanhas públicas que mostram a existência de outras formas de agressão. A violência física, apesar de ser a mais conhecida e mais óbvia de se entender como algo errado, não é o único tipo que afeta os lares brasileiros. Em 2023, a violência psicológica ultrapassou a porcentagem da violência física. Desde 2021 também houve um aumento significativo, saindo de 17% para 34%, na violência patrimonial, sendo resquícios ainda perceptíveis da pandemia.

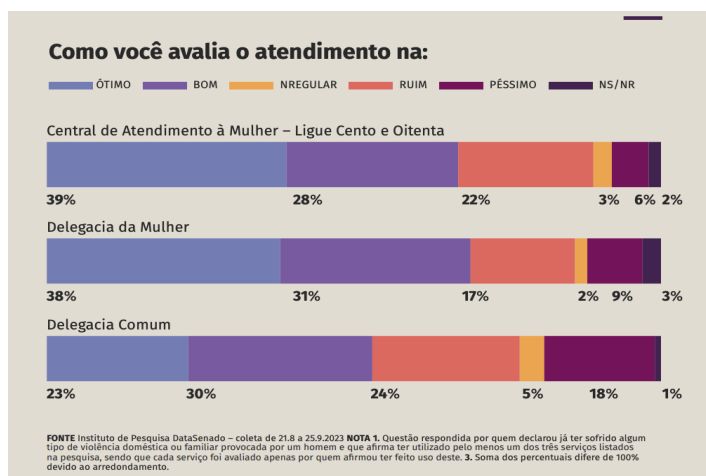
Gráfico 8 - Tabela “Qual foi o tipo de violência?” - População feminina - Brasil - 2009-2023  
 “Qual foi o tipo de violência?” - População feminina - Brasil - 2009-2023



Fonte - Instituto de Pesquisa DataSenado

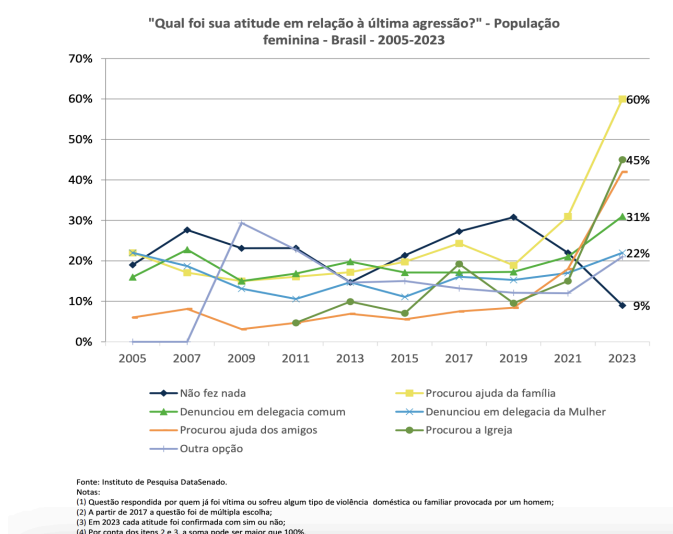
Quando decidem buscar ajuda, nem sempre a primeira opção para as mulheres em situação de vulnerabilidade é procurar a polícia. Muitas já procuram e não foram auxiliadas da melhor forma, como mostra o gráfico abaixo. A delegacia comum possui a maior taxa de atendimento falho, com 18% considerado péssimo e 24% considerado ruim, desincentivando as mulheres a procurarem ajuda nesse local. O atendimento que possui a melhor avaliação é a Central de Atendimento à Mulher. A tendência da mulher brasileira é procurar ajuda da família e da igreja, sendo as duas respostas mais frequentes em 2023 quando perguntadas o que fizeram após a última agressão. Porém, a parte mais expressiva do gráfico é a porcentagem de mulheres que reportaram não terem feito nada após a agressão ter saído de 31% em 2019 para 9% em 2023; sendo um ótimo indicativo que a sociedade brasileira está de fato mudando.

Gráfico 9 - Tabela “Como você avalia o atendimento na: Central de Atendimento à mulher; Delegacia da Mulher; Delegacia Comum”



Fonte - Instituto de Pesquisa DataSenado

Gráfico 10 - Tabela “Qual foi sua atitude em relação à última agressão?” População feminina - Brasil - 2005-2023



Fonte - Instituto de Pesquisa DataSenado

A procura pela delegacia da mulher ainda é uma ação pouco expressiva em relação às outras possibilidades, mas está aumentando nos últimos anos. Fazendo uma pesquisa através do Google Trends, ferramenta da plataforma Google que possibilita a busca de termos pesquisados ao longo dos anos, e comparando os termos de pesquisa “*me too*” e “delegacia da mulher” é possível ver um aumento proporcional nas buscas, havendo aumento no número de pesquisas de ambos nos mesmos períodos; mostrando que quando o assunto do movimento *me too* está em alta a busca pela delegacia da mulher também aumenta. Mostrando a influência que esse movimento tem conquistado na sociedade brasileira.

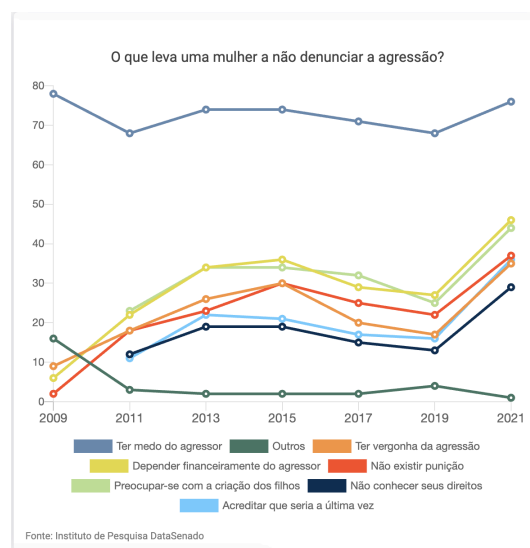
Gráfico 11 - Comparação da quantidade de pesquisas dos termos “metoo” e “delegacia da mulher” 2017-2024



Fonte - Google Trends

Mas afinal, o que leva a mulher a não denunciar a agressão? Os resultados mostram que a maioria das mulheres não denuncia por medo do agressor. Outros fatores também contribuem para essa dificuldade, como depender financeiramente do agressor, preocupação com os filhos, não existir punição, a vergonha de estar nessa situação e o fato de não conhecerem os próprios direitos. Muitos desses motivos são dificilmente mudados rapidamente, mas é crucial que todas as mulheres entendam e conheçam os seus direitos no Estado Brasileiro, sendo papel do Governo manter uma comunicação pública de qualidade e efetiva para toda a sua população.

Gráfico 12 - Tabela “O que leva uma mulher a não denunciar a agressão?” 2009-2021



Fonte - Instituto de Pesquisa DataSenado

Em 2023, o relatório mostrou que 68% das mulheres responderam saber pouco sobre a Lei Maria da Penha, 73% não solicitaram medidas protetivas e 48% afirmam que quando solicitaram houve o descumprimento dessa medida pela pessoa que tinha lhe agredido. Esses dados reforçam a importância da participação efetiva do Governo em garantir que as leis estão sendo cumpridas e que a população tem conhecimento de todos os seus direitos e acessos.

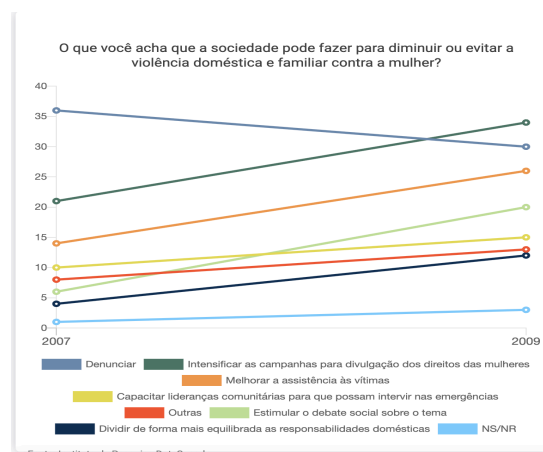
Gráfico 13 - Conhecimento sobre os direitos garantidos por Lei



Fonte - Instituto de Pesquisa DataSenado

E na opinião dessas mulheres, o que a sociedade pode fazer para diminuir ou evitar a violência doméstica e familiar contra a mulher? Muitas acreditam que intensificar as campanhas para a divulgação dos direitos das mulheres é uma das ações de mais importância, opção com maior número de respostas no formulário de 2009. Além disso, a maioria das opções também teve um crescimento quando comparado com as respostas de 2007, ressaltando a necessidade de melhorar a assistência às vítimas, estimular o debate social sobre o tema, denunciar a violência doméstica e capacitar as lideranças comunitárias para poderem intervir nas emergências.

Gráfico 14 - Tabela “O que você acha que a sociedade pode fazer para diminuir ou evitar a violência doméstica e familiar contra a mulher?”



Fonte - Instituto de Pesquisa DataSenado

## **7. A PANDEMIA DO COVID 19 E A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER**

A partir dos dados e análises feitos anteriormente é possível chegar em várias conclusões sobre o cenário de violência contra as mulheres tanto no Brasil quanto nos Estados Unidos. Um ponto em comum entre as duas sociedades, e o mundo de uma forma em geral, foi o impacto que a Pandemia do COVID-19 teve na diminuição das denúncias e aumento dos casos de violência contra as mulheres.

A pandemia causada pelo até então novo coronavírus (SARS-CoV-2) iniciou-se no final de 2019. Na metade do mês de abril de 2020 já haviam sido registrados mais de 2 milhões de casos pelo mundo e 120 mil mortes. O insuficiente conhecimento científico sobre o novo coronavírus, sua alta velocidade de disseminação e capacidade de provocar mortes dificultou o processo de abordagem da doença e colocou o mundo todo em um estado constante de alerta. E a resposta para a situação foi o confinamento generalizado da população, onde ninguém poderia sair de casa por longos períodos que estariam por vir. Essa situação de medo, incerteza e do desconhecido não afetou apenas a saúde das pessoas, mas também mudou as dinâmicas familiares e de relacionamentos em casa. O constante contato, a impossibilidade de escape e o duradouro clima de tensão trouxe consequências no aumento da violência doméstica; sem a possibilidade de sair de casa a denúncia contra alguém que está 24 horas ao seu lado não é nada simples, o medo constante de que poderia acontecer novamente, medo pelos filhos e familiares diminuíram o número de denúncias durante o período mais grave da doença. Mas só aumentou a ocorrência da violência sexual.

Desde o início da quarentena, a ONU Mulheres reportou um aumento em pedidos de ajuda em canais de atendimento, havendo um incremento de casos de violência doméstica por todo o mundo. Porém, ao mesmo tempo, o número de denúncias e boletins de ocorrências de violência doméstica estavam em queda. O diretor-geral da OMS, Tedros Adhanom Ghebreyesus declarou que

A violência contra as mulheres é endêmica em todos os países e culturas, causando danos a milhões de mulheres e suas famílias, tendo sido agravada pela pandemia de Covid-19. Mas, ao contrário da Covid-19, a violência contra as mulheres não pode ser interrompida com uma vacina. Só podemos lutar contra isso com esforços sustentados e enraizados - por governos, comunidades e indivíduos - para mudar atitudes prejudiciais, melhorar o acesso a oportunidades e



serviços para mulheres e meninas e promover relacionamentos saudáveis e mutuamente respeitosos.

A própria OMS retrata esse aspecto como uma “pandemia sombria”, aumentando a exposição das mulheres à violência em razão das medidas de confinamento e interrupção de serviços essenciais. A Organização achou necessário o lançamento de um guia, “COVID-19 e a violência contra a mulher: O que o setor/sistema de saúde pode fazer”, com orientações de medidas a serem tomadas em caso de violência e o aumento dela.

No Brasil, a Revista Radis, da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca (Ensp/Fiocruz) publicou que foram registrados por dia no ano de 2020 cinco casos de violência contra mulheres. Já o levantamento “A dor e a luta: números do feminicídio” divulgado pela Rede de Observatórios de Segurança em 2021 mostrou o aumento da ocorrência de feminicídios em vários estados brasileiros, sendo monitorados 1823 casos, 66% deles feminicídios ou tentativas.

Conforme a pesquisa realizada pelo Datafolha, encomendada pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, “Visível e invisível: a vitimização de mulheres no Brasil”, em 2021, 4,3 milhões de mulheres brasileiras, de 16 anos ou mais, foram agredidas fisicamente com tapas, socos ou chutes. Esse dado mostra que a cada minuto 8 mulheres apanhavam no Brasil durante a pandemia do COVID 19. Além disso, a pesquisa também reporta que 1,6 milhões de mulheres foram espancadas ou sofreram tentativa de estrangulamento e 3,7 milhões de mulheres brasileiras sofreram ofensas sexuais ou tentativas forçadas de manter relações sexuais. Na comparação com a pesquisa de 2019, foi verificado um leve recuo do percentual de mulheres que relataram ter sofrido violência em 2020. Porém, considerando a margem de erro da pesquisa de 3 pontos para mais ou menos, foi configurado uma estabilidade nos números, 27,4% em 2019 e 24,4% em 2021, podendo entender uma diminuição nas denúncias.

Assim, vemos que as estatísticas retratadas nos tópicos anteriores possuíam uma quebra na tendência devido a esse momento de calamidade mundial. Tanto o mundo corporativo quanto a vida privada das mulheres foram impactadas negativamente, aumentando os casos de violência doméstica e no ambiente de trabalho, diminuindo as denúncias.

## 8. CASOS DE REPERCUSSÃO

O Movimento *Me Too* contribuiu para a exposição midiática de muitos casos, isso também se deve ao fato de que os escândalos divulgados pela mídia, em sua maioria, envolvem famosos e pessoas que atraem a atenção da internet. Porém, não quer dizer que não há casos acontecendo diariamente na vida de um cidadão comum que deve ser julgado da mesma forma. Essa repercussão é benéfica a partir do momento que ajuda outras vítimas a se sentirem confiantes o suficiente para denunciar os seus agressores. Falar sobre o assunto e não deixar ele se tornar um tabu ainda maior na sociedade é um passo importante para a diminuição da violência contra a mulher.

Atualmente, existem dois casos que ganharam a atenção da mídia. No Brasil, Silvio Almeida, advogado e ex-ministro dos Direitos Humanos, está sendo acusado e investigado por abuso e importunação sexual. Já nos Estados Unidos um caso acabou chocando a mídia mundialmente, o cantor Sean Diddy, rapper americano e produtor musical, está sendo acusado de diversos tipos de violência e crimes sexuais contra mulheres.

Silvio Luiz de Almeida, de 48 anos, é advogado formado pela Universidade Presbiteriana Mackenzie, possui doutorado e pós-doutorado em Direito pela Universidade de São Paulo. É docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Direito Político e Econômico da Faculdade de Direito do Mackenzie e já lecionou na Escola de Administração de Empresas de São Paulo (FGV-EAESP) e na Escola de Direito de São Paulo da FGV. Até setembro de 2024 atuou como Ministro dos Direitos Humanos, no atual Governo de Lula, sendo demitido pelo Presidente da República após as denúncias.

A ONG *Me Too* Brasil, em setembro de 2024, recebeu denúncias anônimas que acusavam Silvio Almeida de abuso sexual. Inicialmente as vítimas não foram expostas a pedido das mesmas, porém Anielle Franco, atual Ministra da Igualdade Racial, foi identificada como uma das vítimas que teriam realizado a denúncia à organização. Um mês após as denúncias e com o caso sendo julgado pelo Supremo Tribunal Federal e investigado pela Polícia Federal, Anielle Franco deu sua primeira entrevista pública sobre o assunto ao Fantástico, programa jornalístico da Rede Globo. A Ministra diz que preferiu dar seu depoimento oficial à Polícia Federal antes de falar oficialmente para o público sobre o

ocorrido. Anielle comentou sobre o caso, reiterando a importância de enfrentar a violência e seu papel de inspirar outras mulheres em momentos tão difíceis como esse.

Nenhuma situação de violência é fácil, né? Ainda mais para quem vive, para quem está ao redor. No primeiro momento, eu optei pelo silêncio. A exposição indevida faz com que a gente repense, pense. Então, tem uns estágios ali que fazem você se sentir culpada, insegura, vulnerável, e eu decidi quealaria primeiro nas instâncias devidas. Mas foi um momento de lembrar... Ainda assim, eu precisei refletir, pensar, viver tudo o que tinha acontecido de novo. Mas eu sabia que não era só por mim também. Era, sim, pela Anielle que foi vítima, mas também pela Anielle ministra de Estado que precisa inspirar e cuidar de outras mulheres. Então, foi um depoimento onde dou todos os detalhes, onde relembro cada momento e cada ato de violência que eu passei.

Na reportagem feita pelo Fantástico sobre o caso Silvio Almeida também foi entrevistada Marina Ganzarolli, advogada de gênero e presidente do *Me Too* Brasil. Marina ressalta em sua fala durante a entrevista que a demora na denúncia é muito comum em casos de violência sexual.

O ato de revelação nunca é um evento único e, sim, um processo. Na maioria das vezes, esse processo sequer acontece. A maioria das mulheres nunca denuncia o estupro ou a violência sexual que sofreu. Mas quando uma mulher rompe o silêncio e levanta sua voz com muita coragem e com um altíssimo custo, em especial para ela, ela inspira muitas mulheres a fazê-lo.

Após o escândalo do ex-ministro, o número de ligações para o centro de atendimento do *Me Too* Brasil subiu em quase 80% e outras mulheres que também foram vítimas de Silvio Almeida sentiram-se confiantes para também denunciar o que vivenciaram, sendo uma delas uma ex-aluna assediada na faculdade. O caso continua sendo investigado e julgado pelos órgãos competentes, mas com o pouco tempo que está na mídia já trouxe muitos impactos para a sociedade brasileira.

Nos Estados Unidos, mesmo o movimento *Me Too* estando longe de seu momento mais aquecido, muitos casos de abuso e importunação sexual foram denunciados em 2023 por sua causa. Isso se deu por uma nova legislação da justiça de Nova York que estabeleceu o “*New York Adult Survivors Act*”, podendo ser traduzido como Lei dos Sobreviventes Adultos de Nova York. Essa norma legal suspendeu por um ano a prescrição de tempo que casos de assédio e violência sexual poderiam ser denunciados, o que deu uma nova oportunidade para

as vítimas denunciarem seus abusadores do passado. A revista *The Hollywood Reporter* divulgou dados do tribunal de Nova York mostrando que mais de 2700 denúncias foram feitas com essa nova oportunidade.

Foi a partir desse Ato que o rapper Sean Combs, mais conhecido como Diddy, recebeu a acusação de abuso sexual que impulsionaria outras mulheres a denunciarem, desenvolvendo no caso que está sendo julgado atualmente. Cassandra Ventura, cantora americana de R & B e ex-namorada de Sean, conhecida como Cassie, acusou P. Diddy por estupro e agressão sexual por diversas vezes entre 2005 e 2018, enquanto era cliente da gravadora do rapper. Em um comunicado, Cassie diz que após anos em silêncio e escuridão está finalmente pronta para contar a sua história e falar em seu nome e em benefício de outras mulheres que enfrentam violência e abuso nas suas relações. Com a expiração da Lei dos Sobreviventes Adultos de Nova York se aproximando rapidamente, ficou claro que esta era uma oportunidade para falar sobre o trauma que experimentou e do qual se recuperará pelo resto da sua vida.

O caso está ganhando grande repercussão na mídia internacional pela extensão e crueldade das acusações. O processo está andando em segredo de justiça, porém algumas das acusações que o rapper enfrenta são de abuso sexual, estupro, tráfico sexual, ameaça, extorsão, transporte para prostituição e muitas outras. Sean ainda não foi julgado, mas se declara inocente de todas as acusações. O cantor é um magnata da música americana desde os anos 2000 e possui muita influência tanto no mercado quanto na carreira de diversos artistas. Os casos denunciados e investigados datam desde o início do século.

Nomi Abadi, pianista americana indicada ao Grammy, foi umas das famosas que se pronunciaram sobre o caso e as acusações. A artista relata que muitas pessoas já sabiam o que estaria acontecendo nas festas do rapper há muitos anos, momento em que a maioria dos crimes teria acontecido; nada era feito e ainda por cima era tudo acobertado por diversos outros famosos da indústria musical. Nomi afirma que o caso tem o potencial de se tornar o novo “*Me Too* da indústria musical” e lamenta que somente quando a situação se escalou para algo unimaginável teve a atenção da justiça e da sociedade. Abadi é fundadora da *Female Composer Safety League* (ou Liga de Segurança das Compositoras, em português), uma rede de suporte a compositoras vítimas de abuso sexual e assédio, e afirma esperar que haja um *Me Too* que a indústria musical tanto merece, que essas vítimas e sobreviventes da indústria tanto merecem.

Tarana Burke, fundadora do movimento *Me Too*, em uma entrevista sobre sua organização, citou o caso de Sean Combs como um resultado de uma mudança cultural desde a viralização do movimento em 2017, que auxiliou o caso a ganhar visibilidade e ser investigado. A ativista relata que a lei que possibilitou a denúncia de Cassie foi um resultado direto da pressão feita pelos sobreviventes sobre a necessidade da lei, provando diretamente a força do movimento e que ele pode ter.

Apesar dos casos com pessoas famosas chamarem mais atenção da mídia, o meio corporativo também foi muito movimentado após a viralização do movimento e conquistou a atenção midiática. A Petrobras, Estatal Brasileira, afirma que desde 2019 recebeu mais de 81 denúncias de assédio e importunação sexual na empresa, dentre as quais 10 casos já foram confirmados e 5 pessoas demitidas. Além disso, após toda essa movimentação a empresa criou um grupo de trabalho para rever os procedimentos internos de recebimento e tratamento das denúncias de assédio e importunação sexual contra mulheres. Também foi criado um canal de atendimento especializado para vítimas de assédio e importunação sexual, além de medidas de conscientização e prevenção desses casos.

A Justiça do Trabalho do Brasil entre os anos de 2020 e 2023 julgou mais de 400 mil casos de assédio moral e sexual. O Monitor do Trabalho Decente, uma Inteligência artificial utilizada para identificar os processos julgados em temas e organizar, consolidar e disponibilizar dados e informações desses processos em painéis, mostrou que 72,1% das ações sobre assédio sexual julgadas desde 2020 foram ajuizadas por mulheres. O próprio Conselho Nacional de Justiça afirma que o crescimento nos números de assédio e denúncias não significam que estejam ocorrendo mais situações de assédio em ambientes profissionais. Isso pode revelar uma maior conscientização das pessoas sobre o tema e gera uma sensação maior de segurança para reivindicar direitos. Com esses números expressivos a Justiça do Trabalho, o Tribunal Superior do Trabalho e o Conselho Superior da Justiça do Trabalho vem trabalhando em cartilhas com orientações sobre o assunto, políticas voltadas à conscientização e a mobilização social para a promoção de ambientes profissionais mais saudáveis.

Casos como os relatados anteriormente só provam a importância de se denunciar e da conversa está mais aberta na sociedade, pois, situações de abuso sexual e outros tipos de violência ainda acontecem diariamente na sociedade brasileira e devem ser tratadas com a seriedade e respeito que merecem.

## 9. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Movimento *Me Too*, apesar de não ter se iniciado como uma campanha de *advocacy* digital, conquistou essa posição pelo efeito e atuação que desempenhou na sociedade e nas mídias sociais após a sua viralização. O trabalho de Tarana, fundadora da Organização *Me Too*, desde 2006, buscava advogar pelas vítimas de abuso sexual; a importância de mudar a sociedade e os comportamentos sociais para tornar a sociedade mais segura e acolhedora às mulheres foi o que motivou a junção de várias organizações, pessoas e vítimas a lutar e defender os seus interesses em comum. Já a midiáticação, além de impulsionar e fortalecer o crescimento do movimento, possibilitou que ele alcançasse patamares jamais esperados, inspirando mulheres de todo o mundo a lutar pelos seus direitos e a não se sentirem sozinhas nas violências que passaram.

Mas foi a organização e estruturação de uma campanha bem planejada que fez com que os resultados aparecessem. Todos os relatórios da Organização Americana *Me Too* mostram a dedicação da ONG em realizar ações estratégicas que buscam resultados concretos e sólidos para as vítimas. A aprovação de diversas leis, a criação de canais de suporte às vítimas, a organização de grupos de pressão em cada localidade, todas as estratégias juntas tornam esse movimento um sucesso. Globalizar o movimento também retrata o amor e dedicação à causa, buscando alcançar o objetivo organizacional em todo o mundo. Os relatórios também mostraram a importância de ter a colaboração de empresas comprometidas com o bem-estar da sociedade; utilizando seus recursos financeiros para apoiar e incentivar o movimento.

No Brasil, o assédio continua sendo uma dura realidade, como em diversos outros países. Ao longo do trabalho entendemos que as estatísticas de violência contra a mulher são alarmantes, o número de denúncias continua subindo, mas elas ainda não se sentem protegidas o suficiente pelo Governo. Não há confiança nos canais de ajuda, nas delegacias, o conhecimento sobre os direitos garantidos por lei ainda é escasso e a vergonha da situação inibe a conversa na sociedade. Porém, o cenário está mudando. Foi a mobilização de milhares de mulheres com o alcance midiático que fizeram o movimento crescer e auxiliar pessoas em todo o mundo. Desde 2017, as denúncias continuam crescendo no Brasil e no mundo, os casos continuam ganhando atenção da mídia, pessoas com poder e influência estão sendo responsabilizadas, julgadas e culpadas por suas agressões. Essa perspectiva mostra uma

evolução da sociedade e retrata um importante passo para acabar com a impunidade nos casos de violência sexual.

A conquista das mulheres brasileiras pela proteção contra violência doméstica, com a campanha de *advocacy* que gerou a Lei Maria da Penha, mostra a capacidade de mudar o país que os movimentos possuem. Impulsionada pelo movimento social, ela impacta a vida de milhares de mulheres desde 2006. O Movimento *Me Too* Brasil, que ganhou mais força e visibilidade com o caso da Anielle Franco, continua trabalhando buscando responsabilizar tanto o Governo quanto os agressores; a fim de que a sociedade se torne segura e acolhedora às mulheres que vivem nela. A organização brasileira vem trabalhando em diversas campanhas que buscam o apoio ao movimento e difundir a conversa no país, trabalhando para conquistar o seu lugar na sociedade brasileira e ajudar cada vez mais a população.

Dessa forma, é incontestável o impacto que as redes sociais possuem em transformar o mundo em que vivemos. Na atualidade, o mundo acontece de forma online; decisões são tomadas, opiniões são criadas e, quando utilizada de forma correta, impacta até a construção cultural e judiciária de um país. Sendo de extrema importância que os movimentos sociais e o *advocacy* migrem cada vez mais para essas plataformas com o intuito de ter um impacto muito significativo nas futuras mudanças sociais e sociedades. A utilização dos conceitos, teorias e técnicas das relações públicas e do *advocacy* deixa as campanhas ainda mais suscetíveis ao sucesso. Construir uma comunicação estratégica, mobilizar recursos, organizar eventos e campanhas de comunicação, planejar ações, trazer conhecimento do cenário momentâneo e histórico-cultural transformam movimentos em resultados; como pode ser observado na construção do Movimento *Me Too*.

Essa mudança proposta também auxiliaria as mulheres durante períodos de calamidade pública, como foi a pandemia do coronavírus 19. Com a implementação de diversos programas e o maior acesso à informação e ajuda, o mundo estará mais preparado para atender as vítimas em novos momentos de tensão e incerteza.

Portanto, esse trabalho mostra que o Movimento *Me Too* trouxe impactos bastante concretos para a realidade das mulheres. Também retrata a importância de se ter um movimento que pressione e cobre dos Governos e das Sociedades mudanças e mobilizações para transformar o mundo em que vivemos. A internet, apesar de ter todos os seus lados negativos, deve ser utilizada como principal ferramenta para impulsionar e alcançar o maior

número de pessoas e de apoio à causa. Já as relações-públicas, trazem a possibilidade de escalar e alcançar patamares de mobilização através do *advocacy* que farão diferença na vida das pessoas. Mostrando ser de extrema importância continuar o trabalho online e de incentivar a mobilização para trazer resultados positivos aos movimentos sociais.



## REFERÊNCIAS

AGÊNCIA CNJ DE NOTÍCIAS. Em três anos, Justiça do Trabalho julgou mais de 400 mil casos de assédio moral e sexual. Agência CNJ de Notícias. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/em-tres-anos-justica-do-trabalho-julgou-mais-de-400-mil-casos-de-assedio-moral-e-sexual/>. Acesso em: 24 de outubro de 2024.

ARAGÃO, Murillo. Grupos de pressão no Congresso Nacional: como a sociedade pode defender licitamente seus direitos no poder legislativo. São Paulo: Maltese, 1994.

BARRETO, Elis; ARAÚJO, Thayana. Petrobras confirma 10 casos de assédio e importunação sexual na empresa. CNN Brasil. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/economia/macroeconomia/petrobras-confirma-10-casos-de-assedio-e-importunacao-o-sexual-na-empresa/>. Acesso em: 18 de outubro de 2024.

BARTKIW, P., 2016. O poder da comunicação das redes sociais nos movimentos populares. Rev. Estud. Comun. Curitiba, Vol. 17, No. 42, pp. 120-135

BRADY, R. et al, 2015. Utilizing Digital Advocacy in Community Organizing: Lessons Learned from Organizing in Virtual Spaces to Promote Worker Rights and Economic Justice. Journal of Community Practice, Vol. 23, No. 2, pp. 255-273

BRIDI, Sônia. Anielle Franco diz que importunação sexual de Silvio Almeida começou há um ano; 'Situações que mulher nenhuma deveria passar'. G1 Globo, 2024. Disponível em: <https://g1.globo.com/fantastico/noticia/2024/10/07/anielle-franco-diz-que-importunacao-sexual-de-silvio-almeida-comecou-ha-um-ano-situacoes-que-mulher-nenhuma-deveria-passar.ghml>. Acesso em: 16 de outubro de 2024.

BUCKLEY, Steve. Advocacy strategies and approaches: Overview paper. Accessed online at <http://www.apc.org/en/node/9456>, 2009.

CASELL, Catherine; SYMON, Gillian (Ed.). **Essential guide to qualitative methods in organizational research**. sage, 2004.

DA SILVA, Franklin Carlos Cruz; DE CARVALHO SILVA, Maria Valesca Damásio; DE SOUZA, Rodrigo Silva. O método de estudo de caso: o sim e o não, talvez. A controvérsia da utilização do método de estudo de caso nas pesquisas em contabilidade e administração. In: Anais do Congresso Brasileiro de Custos-ABC. 2009.

DA PATRI, Eduardo Carlos Ricardo. Relações governamentais, lobby e advocacy no contexto de public affairs. Organicom, v. 8, n. 14, p. 129-144, 2011.

DE JESUS OLIVEIRA, Andréa Cristina. Breve histórico sobre o desenvolvimento do lobbying no Brasil. 2005.

DE SOUZA COSTA, Alexandre et al. O uso do método estudo de caso na Ciência da Informação no Brasil. **InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação**, v. 4, n. 1, p. 49-69, 2013.

GRAZIANO, Gigi. Lobbying, troca e definição de interesses: reflexões sobre o caso americano. Dados, Rio de Janeiro, v. 37, n. 2, p. 317-340, 1994.

G1 GLOBO. Saiba quem é Silvio Almeida, ex-ministro de Lula acusado de assédio sexual. G1 Globo. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2024/09/06/saiba-quem-e-silvio-almeida-ex-ministro-de-lula-acusado-de-assedio-sexual.ghml>. Acesso em: 15 de outubro de 2024.

GOVERN, Maria. UNA-SE pelo Fim da Violência contra as Mulheres e Meninas. #NãoTemDesculpa. Nações Unidas Brasil. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/253011-una-se-pelo-fim-da-viol%C3%Aancia-contra-mulheres-e-meninas-n%C3%A3o-temdesculpa>. Acesso em: 22 de outubro de 2024.

GRUNIG, James E. A função das relações públicas na administração e sua contribuição para a efetividade organizacional e societal. **Comunicação & Sociedade**, v. 24, n. 39, p. 67-92, 2003.

GRUNIG, James E. e HUNT, Todd. Managing public relations. New York: Holt, Rinehart & Winston, 1984.

HON, Linda. Digital social advocacy in the Justice for Trayvon Campaign. **Journal of public relations research**, v. 27, n. 4, p. 299-321, 2015.

JOHNSON, Andrea; SEKARAN, Ramya; GOMBAR, Sasha. 2020 PROGRESS UPDATE: METOO WORKPLACE REFORMS IN THE STATES. ME TOO MOVIMENT. 2020. Disponível em: [https://nwlc.org/wp-content/uploads/2020/09/v1\\_2020\\_nwlc2020States\\_Report.pdf](https://nwlc.org/wp-content/uploads/2020/09/v1_2020_nwlc2020States_Report.pdf). Acesso em: 3 de novembro de 2024.

KLEIN, Gisiela Hasse; HASSE, Danilo; DE ROLT, Carlos Roberto. DIGITAL ADVOCACY: CONVERGÊNCIA DE COMUNICAÇÃO PÚBLICA E MARKETING DIGITAL NAS PLATAFORMAS WEB 2.0. **CEP**, v. 88, p. 001.

KUNSCH, W. L. De Lee a Bernays, de Lobo a Andrade: A arte ea ciência das relações públicas em seu primeiro centenário (1906–2006)[From Lee to Bernays, from Lobo to Andrade: the art and the science of the public relation in its first centenary (1906–2006)]. **sixth Encontro dos Núcleos de Pesquisa da Intercom, Brasília**, 2006.

KUNSCH, Waldemar Luiz. **Gênese e desenvolvimento do campo profissional e acadêmico das Relações Públicas no Brasil**. In KUNSCH, Margarida Krohling (Org.). **Relações Públicas: história, teorias e estratégias nas organizações contemporâneas**. São Paulo: Saraiva, 2009.

LABA, Karen Louzada. O lobby no Brasil e nos EUA: uma análise comparativa entre as propostas brasileiras e a legislação americana. 2015.

LIMA, Everton. Violência contra as mulheres no contexto da Covid-19. Instituto Fernandes Figueira/Fiocruz. Comunicação e informação, Divulgação científica, nov., s/p. Disponível em: <https://shre.link/cKZy>, 2021.

LÓPEZ, J., 2011. “Advocacy: uma estratégia de comunicação pública”, in Kunsch, M. (Ed.), Comunicação Pública, Sociedade e Cidadania, Difusão Editora, São Caetano do Sul, Brasil, pp. 61-80.

LOURENÇO, Mariana. Caso Sean Diddy tem tudo para provocar 'Me Too da música', diz pianista Nomi Abadi. **G1**. Disponível em: <https://g1.globo.com/pop-arte/musica/noticia/2024/10/02/caso-sean-diddy-tem-tudo-para-provocar-metoo-da-musica-diz-pianista-nomi-abadi.ghtml>. Acesso em: 16 de outubro de 2024.

MENDONÇA, Ana Waley. Metodologia para estudo de caso: livro didático. Palhoça: Unisul Virtual, 2014.

ME TOO. This is the work. ME TOO. 2024. Disponível em: <https://metoomvmt.org/the-work/>. Acesso em: 5 de novembro de 2024.

ME TOO BRASIL. Sobre o Me Too Brasil.. ME TOO BRASIL. 2024. Disponível em: <https://metoobrasil.org.br/sobre-nos>. Acesso em: 5 de novembro de 2024.

ME TOO MOVIMENT. Me Too Impact Report 2019. ME TOO MOVIMENT. 2020. Disponível em: [https://metoomvmt.org/wp-content/uploads/2020/01/2019-12-09\\_MeToo\\_ImpactReport\\_VIEW\\_4.pdf](https://metoomvmt.org/wp-content/uploads/2020/01/2019-12-09_MeToo_ImpactReport_VIEW_4.pdf). Acesso em: 3 de novembro de 2024.

ME TOO MOVIMENT. More Than A Hashtag 2020 & 2021 Annual Report. ME TOO MOVIMENT. 2022. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1FmABT5vn2I6uJC62ftw5M8l8Zje3AUc-/view>. Acesso em: 3 de novembro de 2024.

ME TOO MOVIMENT. 2022 Annual Report MORE THAN A MOMENT Creating pathways for healing, justice, action and leadership. ME TOO MOVIMENT. 2022. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/12zhPPYojHsl9nIOrHNHm4BkM8daXSLtk/view>. Acesso em: 3 de novembro de 2024.

ME TOO MOVIMENT. Pathways to collective healing 2023 annual report Me Too International. ME TOO MOVIMENT. 2024. Disponível em: <https://metoomvmt.org/annualreport/> . Acesso em: 3 de novembro de 2024.

MOREILLON, J. e HALL, R., 2014. Digital Advocacy Stories: A Pedagogical Tool for Communicating and Strengthening Library Values. J. of Education for Library and Information Science, Vol. 55, No. 2, pp. 100-111.

MORGADO, Renato Pellegrini; GOZETTO, Andréa Cristina Oliveira. Guia para a construção de estratégias de advocacy: como influenciar políticas públicas. Piracicaba: Imaflora, 2019.

NORTON ROSE FULBRIGHT. Athlete A and the role of "Me Too" investigations within sport. NORTON ROSE FULBRIGHT. Disponível em: <https://www.nortonrosefulbright.com/en/knowledge/publications/238a6f40/athlete-a-and-the-role-of-me-too-investigations-within-sport>. Acesso em: 3 de novembro de 2024.

NOVECK, Jocelyn. For Tarana Burke, the Sean ‘Diddy’ Combs legal case is one more sign of #MeToo’s lasting impact. AP News. Disponível em: <https://apnews.com/article/diddy-metoo-implications-tarana-burke-e45f80962e1a1285394d448aa212601b>. Acesso em: 21 de outubro de 2024.

NUNES, Tatiana Filipa Gomes; EIRÓ-GOMES, Mafalda. Do Empowerment à Advocacy: as OSC no terreno. **Comunicação nas Organizações da Sociedade Civil: do Empowerment à Advocacy**, p. 17-47, 2022.

O GLOBO. Jamie Foxx, Axl Rose, Diddy, Cuba Gooding Jr: por que há uma nova onda de denúncias de assédio sexual em Hollywood?. O Globo. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/cultura/noticia/2023/11/24/jamie-foxx-axl-rose-diddy-cuba-gooding-jr-entenda-a-nova-onda-de-denuncias-de-assedio-sexual.ghtml>. Acesso em: 10 de outubro de 2024.

PAVAN, Jessica Natalia Souza et al. Estudo do engajamento do cidadão na participação de ações de mandatos eletivos no Legislativo brasileiro: análise do uso de political techs. **Cadernos EBAPE. BR**, v. 18, p. 525-542, 2020.

PEREIRA, Mariana. As plataformas online na mudança social e comportamental. **Comunicação nas Organizações da Sociedade Civil: do Empowerment à Advocacy**, p. 69-93, 2022.

QUADROS, Taíla Lopes; SCHEID, Daiane. RELAÇÕES PÚBLICAS E DITADURA MILITAR: IMPLICAÇÕES E IMPRESSÕES. **Cadernos de Comunicação**, v. 18, n. 1, 2014.

SANTOS, Manoel Leonardo et al. Lobbying no Brasil: profissionalização, estratégias e influência. 2017.

SECCHI, Leonardo. **Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos**. Cengage Learning, 2014.

SMITH, Steven Rathgeb; PEKKANEN, Robert. Revisiting advocacy by non-profit organizations. **Voluntary Sector Review**, v. 3, n. 1, p. 35-49, 2012.

THOMAS, C. S. (Ed.). Research guide to U.S. and international interest groups. Westpost: Praeger Publishers, 2004. 544 p.

US EQUAL EMPLOYMENT OPPORTUNITY COMMISSION et al. Sexual harassment in our nation's workplaces. **EEOC Data Highlight**, v. 2, 2022

WERNECK, Guilherme Loureiro; CARVALHO, Marília Sá. A pandemia de COVID-19 no Brasil: crônica de uma crise sanitária anunciada. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 36, p. e00068820, 2020.

YIN, R. K. Estudo de caso: planejamento e métodos. 4. ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.